

EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 022/2026

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA CASA DE ATENDIMENTO AO MENOR, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, INSUMOS, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA SUA PERFEITA EXECUÇÃO”

1 PREÂMBULO

- 1.1 A Prefeitura do Município de Matão (UASG 986687)**, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob n.º 45.270.188/0001-26, torna público que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR VALOR GLOBAL**, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a ser conduzido pelo Presidente da Comissão de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria n.º 15.591, de 03 de janeiro de 2024, e nas condições fixadas neste edital e seus anexos.

2 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA

- 2.1** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

- 2.2** A abertura da sessão pública da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** ocorrerá no dia **19 de maio de 2026**, às **09h00min**, no site www.comprasgovernamentais.gov.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

- 2.3** Para todas as referências de tempo, observar-se-á o horário de Brasília (DF).

3 – DO OBJETO

- 3.1** O objeto desta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** é a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA CASA DE ATENDIMENTO AO MENOR, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, INSUMOS, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA SUA PERFEITA EXECUÇÃO”**.3.2
- 3.2** O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.matao.sp.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br e no **PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas** (<https://www.gov.br/pncp.br>).
- 3.3** As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Suprimentos pelo telefone pelos telefones (16) 3383-4035, 3383-4056, 3383-4067, 3383-4068 e 3383-4070.
- 3.4** A licitação contém 1 item em disputa, conforme ANEXO I do Edital.
- 3.5** Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **Catálogo do compras.gov.br** (<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas**, ou seja, do **TERMO DE REFERÊNCIA DO PRESENTE EDITAL**.

- 3.6 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Suprimentos pelo telefone pelos telefones (16) 3383-4035, 3383-4056, 3383-4067, 3383-4068 e 3383-4070.

4 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

- 4.1 O critério de julgamento será o de **MENOR VALOR GLOBAL**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.
- 4.2 Será utilizado o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 5.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação à presente CONCORRÊNCIA, ou ainda para **impugnar este Edital**, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame, e serão processadas nos termos do § único do Art. 164 da Lei Federal 14.133/21.
- 5.1.1 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão de Contratação por meio de e-mail (compras@matao.sp.gov.br) do Departamento de Compras e Suprimentos e deverá conter a razão social da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para resposta.
- 5.1.2 Caberá ao Chefe do Poder executivo decidir sobre a impugnação nos termos do § único do Art. 164 da Lei Federal 14.133/21.
- 5.1.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização desta CONCORRÊNCIA.
- 5.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.
- 5.3 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Presidente da Comissão de Contratação, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: compras@matao.sp.gov.br.
- 5.3.1 A resposta aos pedidos de esclarecimentos se dará nos termos da Lei Federal 14.133/21, e poderão ser requisitados subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

- 5.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 5.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Presidente da Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 5.4.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

6 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 6.1 A participação nesta Licitação é ampla, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 6.1.1 Na presente licitação será observado o quanto previsto no inciso II do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133.
- 6.1.2 As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar da presente CONCORRÊNCIA, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf, até o terceiro dia útil a data do recebimento das propostas.
- 6.1.3 A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRASNET, no ato da abertura da Licitação.
- 6.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 6.2.1 A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 6.3 Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 6.4 Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
- 6.4.1 Para o item único dessa licitação a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.5 Será vedada a participação de empresas:

- 6.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- 6.5.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.5.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.5.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 6.5.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 6.5.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 6.5.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 6.5.8 agente público do órgão ou entidade licitante;
- 6.5.9 aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 6.6 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.6.1 A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da

contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

- 6.7 O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 6.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 6.8 No que concerne aos itens 6.6.2 e 6.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 6.9 Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.
- 6.9.1 Levou-se em conta que cooperativas não podem ser utilizadas como instrumento para intermediação de mão de obra trabalhistas em contratos que demandam dedicação técnica e responsabilidade profissional individualizada.
- 6.9.2 Assim, entende-se que o objeto é incompatível com o regime cooperado, pois o contrato demanda assunção integral de responsabilidade técnica pela contratada, o que normalmente só pode ser prestado por sociedades empresárias com profissionais vinculados por ART. Assim, seria não recomendável admitir cooperativas.
- 6.10 Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.
- 6.10.1 Levando em conta o objeto **não parece haver justificativa técnica para sua divisão entre consorciados**. O que, adicionalmente, acarretaria uma maior complexidade de fiscalização e diluição de responsabilidades.

7 DO CREDENCIAMENTO

- 7.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória, em sua forma eletrônica.
- 7.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 7.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta CONCORRÊNCIA.
- 7.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do

sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 7.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 8.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o Preço Global, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

- 8.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante iniciará pelo **TERMO DE ACEITAÇÃO** onde declarará cumprimento e ciência de todas as declarações nele contidos, o que inclui, mas não está, necessariamente, restrito a:

- 8.3.1 Concordância com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 8.3.2 Cumprimento aos requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 8.3.3 Inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 8.3.4 Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 8.3.5 Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 8.3.6 Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 8.3.7 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- 8.3.8 Cumprimento de reserva de cargos em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos em outras normas específicas, quando cabível;
- 8.3.9 Fica desde já consignado que qualquer declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 8.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 8.4.1 e 8.4.2 subsequentes.
- 8.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, regras concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
- 8.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 8.4.1 ou no item 8.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 8.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 8.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 8.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 8.3 e 8.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 8.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 8.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 8.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 8.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 8.11 Se for o caso, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, após observado o art. 4º, §§ 1º ao 3º da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.12 Os preços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.13 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, em campo próprio do sistema, preço com até duas casas decimais após a vírgula.
- 8.14 A validade da proposta será de no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública da Licitação.
- 8.15 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.16 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 8.17 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Presidente da Comissão de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 8.18 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 8.18.1. Valor Total Geral com BDI;**
- 8.19 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 8.20 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 8.21 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.22 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 8.23 As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 8.23.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 8.23.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 8.24 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 8.25 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 8.26 O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1 No dia **19 de maio de 2026 às 09h00min**, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet será aberta por comando do Presidente da Comissão de Contratação, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.
- 9.2 Ato contínuo se verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, inclusive a proposta maior que o valor estimada no item 17.1, conforme ANEXO II – MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL deste Edital.

9.2.1 Também será desclassificada a proposta **(eletrônica)** que identifique o licitante.

9.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Presidente da Comissão de Contratação e os licitantes.

9.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor global da obra licitada.

9.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser ofertado de forma livre, desde que respeitado **o mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

9.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.10 Será adotado, para o envio de lances na presente concorrência eletrônica, o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- 9.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Presidente da Comissão de Contratação, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Presidente da Comissão de Contratação, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
- 9.16 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 9.17 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.18 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.19 No caso de desconexão com o Presidente da Comissão de Contratação no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.20 Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Presidente da Comissão de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.21 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 9.22 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 9.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Presidente da Comissão de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.24 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

- 9.25 O Presidente da Comissão de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 9.26 Após a negociação do preço, o Presidente da Comissão de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 – DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1 Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 10.2 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 10.2.1 contiver vícios insanáveis;
 - 10.2.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
 - 10.2.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação:
 - a) As licitantes, nos termos do inciso IV do artigo 59 da Lei 14.133/21 estão **obrigadas a demonstrar a exequibilidade dos preços apresentados** especificando em Planilha (conforme modelo disposto no Anexo II-A deste Edital).
 - b) Essa Planilha servirá de referência para os efeitos do previsto no § 4º do artigo 59 da Lei 14.133/21. **A não apresentação da Planilha devidamente preenchida implica na desclassificação da proposta.** Não havendo discordância do conteúdo das mesmas, bem como não havendo manifestação das licitantes, a Comissão fará a declaração de conformidade e classificação das propostas nos termos da Lei.
 - 10.2.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 10.2.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 10.3 Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 10.3.1 A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, quando esses forem estipulados.
 - 10.3.2 Caso os preços unitários apresentados pela licitante vencedora para os itens relevantes estejam acima dos valores de aceitabilidade fixados no edital, será concedida à licitante a oportunidade de ajustar os preços unitários aos limites aceitáveis.
 - 10.3.3 O ajuste dos preços unitários deverá ser realizado sem qualquer majoração do preço global ofertado, de modo a garantir que o valor total da proposta permaneça inalterado.

- 10.3.4 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o seguinte:
- 10.3.5 A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do(a) agente/comissão de contratação, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 10.3.6 **Quando exigida garantia contratual, essa será majorada quando a proposta do licitante vencedor for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.**
- 10.3.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.3.8 **Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.**
- 10.3.9 O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.3.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 10.3.11 O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 10.3.12 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 10.3.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

- 10.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 10.5 O Presidente da Comissão de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.5.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Prefeitura.
- 10.6 Havendo necessidade, poderá ser suspensa a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 10.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, passa-se a examinar a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.8 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o(a) agente/comissão de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 8.4 e seus subitens deste Edital.
- 10.9 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) agente/comissão de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 10.10 Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 10.6, o(a) agente/comissão de contratação passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 11.

11 DA HABILITAÇÃO

- 11.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 11.1.1 SICAF.
- 11.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- 11.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de

contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) agente/comissão de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4 Considerando que, na presente licitação, a avaliação prévia do local de execução é **imprescindível** para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deverá **atestar, sob pena de inabilitação**, que conhece o local e as condições da realização do objeto da licitação.

11.4.1 Será assegurado ao licitante o direito de realização de **vistoria prévia**, acompanhada por servidor designado para esse fim, no período de **segunda a sexta-feira, das 08h00 às 16h30**, mediante prévio agendamento.

11.4.2 A Administração poderá disponibilizar data e horário alternativos, conforme demanda dos interessados, para a realização da vistoria prévia.

11.4.3 O licitante poderá, alternativamente, **optar por não realizar a vistoria**, desde que apresente:

11.4.3.1 Declaração formal, firmada por seu representante legal, de que **conhece o local e as condições da realização do objeto**; ou

11.4.3.2 Declaração formal assinada por seu **responsável técnico**, atestando o **conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.**”

11.5 A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, **estatuto ou contrato social em vigor e atualizado acompanhado de todas as alterações realizadas**, em se tratando de sociedades comerciais, **devendo estar devidamente registrada perante a Junta Comercial** e, no caso de sociedade por ações, **acompanhado de documentos de eleição de seus administradores**;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício atualizada;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.06 Da Regularidade Fiscal:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente **ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado**;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, como segue:
 - c.1 Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** através das Certidões Negativas de Débito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – **PGFN** e da Receita Federal do Brasil – **RFB** (que agora são conjuntas), ou seja, são fornecidas em um só documento, por força do Decreto n.º 5.512, de 15 de agosto de 2005);
 - c.2 **CND Estadual** pertinente **ao seu ramo de atividade** e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
 - c.3 **CND da Dívida Ativa** do Estado;
 - c.4 **Municipal** através de Certidão Negativa de Débitos referentes a tributos, impostos, taxas, tarifas e similares, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda ou Finanças do domicílio ou sede do licitante;

OBSERVAÇÃO: Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

- d) Certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), nos termos da lei federal n.º 12.440, de 07/07/2011.

Da Qualificação Técnica

11.07 Deverá ser apresentada:

- 11.07.1 Declaração de conhecimento do local da obra, por meio da qual o licitante afirmará ter ciência das condições físicas, técnicas e operacionais necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais, assegurado o direito à realização de vistoria prévia.
- 11.07.2 A declaração poderá ser substituída por manifestação formal assinada pelo responsável técnico da empresa, atestando o pleno conhecimento das condições da contratação.

- 11.07.3 Certidão de Registro da pessoa jurídica junto ao CREA ou CAU, dentro do prazo de validade.
- 11.07.3.1 No caso de empresa estrangeira, a comprovação poderá ocorrer mediante solicitação de registro perante o conselho profissional competente no Brasil, a ser apresentada até a celebração do contrato.
- 11.07.4 Será exigida a indicação de profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, com atribuição compatível com o objeto da contratação, especialmente engenheiro civil ou arquiteto.
- 11.07.5 O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) comprovar experiência anterior em execução de obra de edificação com características semelhantes, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso.
- 11.07.6 A comprovação deverá demonstrar experiência compatível com a execução de:
- 11.07.6.1 Estrutura (supraestrutura em concreto armado);
- 11.07.6.2 Cobertura;
- 11.07.6.3 Instalações prediais (hidráulicas e elétricas).
- 11.07.7 O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar efetivamente da execução contratual, admitindo-se substituição apenas por outro de experiência equivalente ou superior, mediante prévia aprovação da Administração.
- 11.07.8 **A comprovação do vínculo com o profissional será exigida no momento da assinatura do contrato**, podendo ocorrer por meio de contrato social (em caso de sócio), contrato de trabalho, registro em CTPS ou contrato de prestação de serviços.
- 11.07.9 Serão exigidos atestados referentes às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, assim consideradas aquelas que possuam valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação.
- 11.07.10 Com fundamento nesse parâmetro legal, foram identificadas como parcelas de valor significativo:
- 11.07.10.1 3 - Supraestrutura – 7,68%;
- 11.07.10.2 6 - Esquadria Metálica – 8,32%;
- 11.07.10.3 7 - Cobertura – 12,45%;
- 11.07.10.4 9 - Revestimentos – 16,25%;
- 11.07.10.5 10 - Pavimentação – 6,36%;
- 11.07.10.6 12 - Instalação Hidráulica – 19,32%;
- 11.07.10.7 13 - Instalação Elétrica – 6,12%;
- 11.07.10.8 17 - Pintura – 4,34%.

- 11.07.11 Assim, a licitante deverá comprovar que já executou serviços compatíveis com as referidas etapas, mediante apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em seu nome.
- 11.07.12 Os quantitativos mínimos a serem exigidos são de 50% do quantitativo previsto para cada parcela na presente contratação.
- 11.07.12.1 No caso dos atestados não detalharem e quantifiquem o fornecimento, poderá o licitante, complementarmente aos documentos, apresentar cópia da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(ais).
- 11.07.12.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante.
- 11.07.12.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
- 11.07.12.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Da Qualificação Financeira:

- 11.08 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;
- 11.09 Certidão negativa de falência, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;
- 11.10 **Comprovação de capital mínimo** no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação, nos termos do art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;
- 11.11 Para empresas constituídas no exercício financeiro da licitação, será admitida a substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 11.12 Os documentos contábeis exigidos limitar-se-ão ao último exercício social, quando a pessoa jurídica tiver sido constituída há menos de dois anos, observando-se os limites estabelecidos pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), ou outros parâmetros definidos na legislação aplicável.
- 11.13 Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.

- 11.14 Os documentos deverão estar com prazo de validade em vigor na data prevista para a entrega dos envelopes; aqueles que não tiverem validade expressa nos próprios impressos, deverão ser emitidos até **60 (sessenta) dias** da data prevista para a abertura dos documentos para **HABILITAÇÃO**.
- 11.15 Após a habilitação, poderá a licitante ser inabilitada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.
- 11.16 Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração (mediante a apresentação do original), ou publicação em órgão da imprensa oficial. Relativamente as CND do INSS e FGTS emitida via Internet, serão obedecidas às normas vigentes e aplicáveis.
- 11.17 No julgamento da habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.18 O não atendimento das exigências constantes do item 11 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.
- 11.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA E ENVIO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO

- 12.1 Encerrada a etapa de lances, a vencedora será convocada para que faça juntar no sistema, a **PROPOSTA DE PREÇOS COM A PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS DEVIDAMENTE AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado. Para tanto, se fará uso da ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.
- 12.2 A validade da proposta ajustada será de no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua apresentação.
- 12.3 A proposta ajustada deverá ser apresentada nos moldes do Anexo II e II-A e dela deverá constar:
- a) **Nome e número da Instituição Financeira, Agência e n.º da Conta-Corrente** para a efetivação dos pagamentos.
- 12.4 Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital **e já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

- 12.5 O licitante deverá anexar a Proposta de Preços Ajustada, num prazo de até **02 (duas) HORAS** de efetivo funcionamento do órgão público, ou seja, das 08h00min às 17h00min, contados da convocação.
- 12.6 Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: compras@matao.sp.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Presidente da Comissão de Contratação para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. A prefeitura não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Matão quanto do emissor.
- 12.6.1 A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo Presidente da Comissão de Contratação, o registro da não aceitação da proposta.
- 12.6.2 Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, preferencialmente, via chat a prorrogação do mesmo.
- 12.6.3 É facultado o Presidente da Comissão de Contratação ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.**
- 12.6.4 Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, a Comissão DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.
- 12.7 A proposta deverá conter:
- 12.7.1 Proposta de preços, conforme modelo constante do (Anexo II) do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;
- 12.7.2 **Planilha com preços unitários e total**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- 12.7.3 **A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.**
- 12.7.4 Prazo de **validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.
- 12.7.5 O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00).**

- 12.7.6 A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital** e **Anexos** sob pena de desclassificação.
- 12.7.7 O Presidente da Comissão de Contratação reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.
- 12.7.8 A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.
- 12.8 A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

13 DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

- 13.1 A documentação constante no item 11, **caso solicitado**, deverá ser encaminhada em original ou cópia autenticada, juntamente com a proposta final também original, no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da solicitação do Presidente da Comissão de Contratação no sistema eletrônico, no seguinte endereço: **Rua Oreste Bozelli, n.º 1.165 – Centro – MATÃO/SP – CEP 15990-900**. Aos cuidados do Departamento de Compras e Suprimentos. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano da Concorrência Eletrônica.
- 13.2 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Presidente da Comissão de Contratação o declarará vencedor.
- 13.3 Ocorrendo a inabilitação, o Presidente da Comissão de Contratação convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

14 – DOS RECURSOS

- 14.1 **Declarado o vencedor**, a presidente da Comissão abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
- 14.2 A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

- 14.3 Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 14.4 Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>
- 14.5 O recurso contra decisão do Presidente da Comissão de Contratação não terá efeito suspensivo.
- 14.6 Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Presidente da Comissão de Contratação terá até 5 (cinco) dias para:
- 14.6.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
 - 14.6.2 Motivadamente, reconsiderar a decisão;
 - 14.6.3 Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;
- 14.7 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.8 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.
- 14.9 **Não havendo recurso**, o Presidente da Comissão de Contratação adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

15 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 15.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
- 15.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 - 15.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 15.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 15.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

- 15.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 16.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.
- 16.1.1 Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.
- 16.2 A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Presidente da Comissão de Contratação, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
- 16.2.1 A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

17 – VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 17.1 O valor máximo a ser pago pelo Município para a execução da obra será de **R\$ 1.037.689,90 (um milhão, trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais e noventa centavos)**, tudo em conformidade ao indicado no Termo de Referência (Anexo I) e nos demais documentos do presente Edital que dele fazem parte independentemente de sua transcrição, como se aqui estivesse descrito.
- 17.2 O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, conforme disposto no Anexo II.
- 17.3 Para fins de pagamento, as medições dos serviços executados deverão ser protocoladas pela contratada junto à Prefeitura Municipal de Matão sempre no **primeiro dia útil de cada mês**.
- 17.4 A conferência das medições será realizada no prazo máximo de **cinco (5) dias úteis**, sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, com apoio técnico da equipe de engenharia do Município ou de servidor formalmente designado.
- 17.4.1 Após conferência e aceite da medição, será emitido o **atesto técnico**, que servirá de base para encaminhamento à Secretaria de Administração e Finanças, responsável pelos procedimentos de pagamento.
- 17.4.2 A contratada deverá apresentar a **Nota Fiscal correspondente aos serviços executados**, após o respectivo atesto técnico.

- 17.4.3 A Nota Fiscal será conferida e atestada pelo responsável designado, no prazo de 05 dias úteis, em seguida, encaminhada à Secretaria de Administração e Finanças para liquidação e pagamento.
- 17.4.4 O pagamento será realizado em até **15 (quinze) dias úteis contados do ateste da nota fiscal**, ou no primeiro dia útil seguinte quando coincidir com feriado ou fim de semana.
- 17.5 No corpo da Nota Fiscal deverá ser informado o número da licitação e do contrato correspondente.
- 17.6 Quando o Município atrasar o pagamento de contas decorrentes das contratações será aplicado o índice oficial IPCA/IBGE para atualização monetária.
- 17.7 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no 1º dia útil subsequente.
- 17.8 Quaisquer erros ou omissões ocorridos na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 17.9 Os recursos financeiros para as despesas com a execução dos serviços serão atendidos pela dotação própria do orçamento vigente classificada e codificado sob a funcional programática n.º **08.122.2701.1.001**, categoria econômica n.º **4.4.90.51.00**, ficha n.º **591**, sub elemento da despesa n.º **91**, vínculo n.º **01.510.0000**, Processo Eletrônico n.º **3876/2026**, requisição de serviços n.º **942/2026** e nota de reserva n.º **5640**, de 06/04/2026, do Fundo a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.
- 17.9.1 Trata-se de licitação realizada em face de recursos aferidos com o apoio do Ministério Público e do Poder Judiciário locais, conforme Processo Judicial de Liberação de Recursos nº 0000340-38.2021.8.26.0347, além da contrapartida da Prefeitura e conforme previsto na **Lei Municipal nº 6.263/2025 (P.P.A)**, **Lei Municipal nº 6.267/25 (L.D.O.)**, cujas dotações iniciais programadas e, posteriormente atualizadas e previstas na **L.O.A. para 2025 (Lei Municipal nº 6.294 /2025)**, atendendo assim aos artigos 16 e 17 da LRF.

EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA CASA DE ATENDIMENTO AO MENOR, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, INSUMOS, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA SUA PERFEITA EXECUÇÃO		
Descrição	Valor	%
Receita Corrente Líquida prevista para 2.026	R\$ 445.146.409,00	100,00%
Valor de Dotação Previsto na LOA (6.294 /2025)	R\$ 1.102.000,00	0,2476%
Valor Estimado da Obra	R\$ 1.037.689,90	0,2331%

- 17.10 A fiscalização do Contrato, nas funções atinentes à fiscalização e gestão contratual ficarão a cargo do Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania,
- 17.11 A contratada deverá depositar até a data de assinatura do contrato, a garantia no valor de 5% do valor do contrato por qualquer dos meios permitidos pela Lei 14.133/21.

18 – DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO

- 18.1 Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da assinatura do contrato, quando ultrapassado tal prazo será admitido o reajuste, pelo **IPCA/IBGE**.
- 18.2 Será admitida, nos termos dos artigos 124, inciso II, alínea “d”, Lei nº 14.133/2021, a realização de reequilíbrio econômico-financeiro da futura contratação, visando à recomposição da equação original proposta, sempre que houver fatos supervenientes que, de forma comprovada, onerem excessivamente a execução contratual, desde que não configurados como riscos assumidos pelo futuro contratado, conforme matriz de riscos ou em razão da natureza do objeto, se aplicável.
- 18.3 Poderão ensejar a análise de reequilíbrio, entre outras hipóteses legalmente admitidas:
- 18.3.1 Fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, alheios à vontade das partes;
 - 18.3.2 Ocorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos da legislação civil aplicável;
 - 18.3.3 Ato do Poder Público que repercuta direta ou indiretamente sobre as condições originalmente pactuadas (fato do príncipe);
 - 18.3.4 Ato ou omissão da Administração que interfira na regular execução contratual (fato da administração).
- 18.4 Para a análise do pleito, o interessado deverá formalizar solicitação específica, necessariamente, instruída por:
- 18.4.1 Justificativa detalhada do fato gerador do desequilíbrio;
 - 18.4.2 Memória de cálculo e documentos comprobatórios da variação de custos ou encargos;
 - 18.4.3 Comparativo entre os termos originalmente propostos e a situação superveniente.
- 18.5 Os pedidos de eventual solicitação de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Protocolo Municipal da Prefeitura Municipal de Matão, a quem competirá a análise e decisão, sempre observado o artigo 124 da Lei 14.133/21.
- 18.6 Os pedidos de eventual solicitação recomposição de valores deverão ser protocolados somente no Protocolo Municipal da Prefeitura Municipal de Matão, a quem competirá a análise e decisão, sempre observado o artigo 124 da Lei 14.133/21.

19 – DA CONTRATAÇÃO E DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 19.1 Após a adjudicação e a homologação, será celebrado o contrato, cuja minuta constitui o **ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO** deste Edital.
- 19.2 O Contrato será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Compras e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Matão, sito à Rua Orestes

Bozelli, n.º 1.165 – Centro – Matão/SP – CEP: 15990-900, **em até 05 (cinco) dias úteis após o seu recebimento.**

19.2.1 A não assinatura no prazo estabelecido será punida com multa de 5% do valor do estimado do contrato.

- 19.3 A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Departamento de Compras e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Matão, sito à Rua Orestes Bozelli, n.º 1.165 – Centro – Matão/SP – CEP: 15990-900, a partir de 05 (cinco) dias úteis após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.
- 19.4 **O prazo de execução da obra será de 180 (cento e oitenta) dias** contados da assinatura do contrato, conforme Cronograma disposto no Edital. A **vigência do contrato** será de 270 **(duzentos e setenta) dias**, contados a partir de sua assinatura, para fins de entrega definitiva e pagamentos finais.
- 19.5 O atraso na entrega da obra sujeita a contratada a multa de 10% do valor global, independente de notificação extra ou judicial ou administrativa e, aplicado em dobro em atraso reincidente. A aplicação de multa em dobro não trará prejuízo ainda da aplicação de outras penalidades, inclusive a rescisão contratual e declaração de inidoneidade e de proibição de contratar com o Poder Público, observado a ampla defesa e o contraditório, em especial o quanto previsto nos artigos 155 a 160 da Lei Federal 14.133/21.
- 19.5.1 As multas poderão ser descontadas da NF.
- 19.5.2 A multa aqui disposta só não será cobrada em caso de absoluto caso fortuito, a ser comprovado pela contratada, sendo os prazos de entregas conhecidos no presente Edital, não se admitindo o seu descumprimento em hipótese alguma, salvo nas condições aqui estabelecidas.

20 – DAS PENALIDADES

- 20.1 O contratado ou a licitante será responsabilizado administrativamente nos termos da Lei Federal 14.133/21.
- 20.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado (a), observando-se o procedimento previsto nos artigos 155 a 160 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 20.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.4 O Município poderá exigir indenização suplementar, caso o descumprimento das obrigações da contratada cause prejuízos que excedam ao valor das multas ora previstas.

21 – DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

- 21.1 Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Matão o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 21.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 21.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 21.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 21.5 A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 21.6 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- 21.7 A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 21.8 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Matão.

22 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 22.1 A partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

23 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1 O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, no Diário Oficial da União – DOU, no Diário Oficial do Município (Jornal A Comarca) e no Portal da Prefeitura Municipal de Matão, através do endereço eletrônico www.matao.sp.gov.br e, no **PNCP-Portal Nacional de Compras Públicas** (<https://www.gov.br/pncp.br>).

- 23.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Presidente da Comissão de Contratação e os licitantes.
- 23.4 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Presidente da Comissão de Contratação.
- 23.5 Será facultado a Comissão de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação a obra contratada, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.
- 23.6 A Presidente da Comissão poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.
- 23.7 Os licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.
- 23.8 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
- 23.9 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Matão, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 23.11 A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.
- 23.12 A anulação do procedimento licitatório induz a do Contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único, art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 23.13 O resultado da licitação será divulgado pelo Portal PNCP do Governo Federal e no site da Prefeitura de Matão, além das publicações oficiais.

- 23.14 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização da Concorrência, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 23.15 É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.
- 23.16 A proponente deverá indicar o Presidente da Comissão de Contratação todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.
- 23.17 O Presidente da Comissão de Contratação não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Matão quanto do emissor.
- 23.18 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 23.19 Caso o sistema eletrônico desconectar para o Presidente da Comissão de Contratação no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.
- 23.20 Se a desconexão do Presidente da Comissão de Contratação persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.
- 23.21 **CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, A LICITAÇÃO SERÁ SUSPensa E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.**
- 23.22 Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Presidente da Comissão em contrário.
- 23.23 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada

mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

- 23.24 Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Comissão de Contratação.
- 23.25 Do futuro contrato constarão exclusivamente cláusulas e condições previstas no presente processo e na(s) proposta(s) da(s) licitante(s), as quais farão parte integrante do pacto, independente da transcrição inclusive da Minuta de Contrato em anexo, bem como ficando a futura contratada **ciente da obrigação de realizar do cadastro no CadTCESP**, conforme a alínea “a”, do inciso III ou no inciso VIII, ambos do artigo 2º da **Resolução nº 21/22 do TCE/SP**.
- 23.26 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**
 - ANEXO I-A – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE QUANTITATIVOS E PREÇOS**
 - ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;**
 - ANEXO II-A – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS**
 - ANEXO III – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;**
 - ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO;**
 - ANEXO V – TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL**

24 – DO FORO

- 24.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Matão, renunciando a outros por mais privilegiados que sejam, para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital.

Matão, 29 de abril de 2026.

APARECIDO FERRARI
PREFEITO DE MATÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

(inciso XXIII do artigo 6º da Lei 14.133/2021)

01. Da natureza do objeto, prazos e quantitativos:

O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada para “EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA CASA DE ATENDIMENTO AO MENOR, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, INSUMOS, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA SUA PERFEITA EXECUÇÃO”**, conforme condições e especificações estabelecidas neste documento.

01.01. A contratada deverá dispor de infraestrutura e capacidade técnica suficientes para atender às necessidades da Administração, observando os quantitativos estimados indicados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Valor Total Médio (R\$)
1	Execução De Obra De Construção Da Casa De Atendimento Ao Menor, Com Fornecimento De Material, Insumos, Equipamentos, Máquinas E Ferramentas Necessárias Para Sua Perfeita Execução	Un.	R\$ 1.037.689,90

01.02. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

01.03. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo.

01.04. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como obra, conforme o art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.

01.05. O prazo de vigência do contrato é de 270 (duzentos e setenta) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

01.05.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

01.06. O prazo para execução e conclusão da obra será de até 180 (cento e oitenta) dias, conforme estabelecido no cronograma físico-financeiro integrante do projeto básico/executivo.

01.07. Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, **admite-se a subcontratação parcial do objeto**, desde que limitada a parcelas **acessórias ou especializadas da obra**, que não

comprometam a unidade técnica, a responsabilidade global da contratada e o controle da execução.

01.07.1. A subcontratação não autorizada ou realizada em desacordo com as condições estabelecidas poderá ensejar a aplicação de penalidades e, se for o caso, a **extinção do contrato**, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

02. Da Fundamentação:

02.01. Descrição da Necessidade da Contratação:

02.02. A presente contratação tem por finalidade assegurar a **continuidade e a conclusão da obra da Casa de Atendimento ao Menor**, destinada ao funcionamento do **Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA**, no Município de Matão/SP.

02.03. A obra foi anteriormente iniciada mediante contratação administrativa, tendo sua execução sido posteriormente **paralisada e o contrato rescindido**, em razão da impossibilidade de continuidade por parte da empresa contratada. Como resultado, permanece no local **estrutura parcialmente executada**, ainda sem condições de utilização para a finalidade pública prevista.

02.04. Atualmente, o serviço de acolhimento institucional funciona em **imóvel locado**, cuja estrutura não atende plenamente às necessidades físicas e operacionais exigidas para o adequado atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

02.05. Nesse contexto, a contratação pretendida visa **retomar e concluir a obra**, permitindo a implantação de **sede própria para o serviço**, com infraestrutura adequada às exigências técnicas e às diretrizes da política pública de acolhimento institucional.

02.06. A conclusão da obra permitirá:

02.06.1. a melhoria das condições de atendimento às crianças e adolescentes acolhidos;

02.06.2. a disponibilização de infraestrutura adequada para as equipes responsáveis pelo serviço;

02.06.3. o aproveitamento do investimento público já realizado na execução parcial da obra;

02.06.4. a redução de despesas com locação de imóvel atualmente utilizado para o funcionamento do serviço.

02.07. A necessidade da contratação encontra-se amparada na **demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social**, bem como no histórico administrativo da contratação anterior, evidenciando que a **realização de nova contratação para continuidade e conclusão da obra** constitui a solução mais adequada ao interesse público.

02.08. A contratação fundamenta-se nas disposições da Lei nº 14.133/2021, do Código Civil (art. 618), do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, das orientações técnicas do SUAS para serviços de acolhimento institucional, bem

como das normas técnicas aplicáveis da ABNT, da legislação de acessibilidade e das normas de segurança contra incêndio expedidas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.

03. Descrição Da Solução Como Um Todo

- 03.01.** A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a **execução das obras necessárias à continuidade e conclusão da construção da Casa de Atendimento ao Menor**, destinada ao funcionamento do Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes (SAICA) no Município de Matão/SP.
- 03.02.** A execução será realizada mediante contratação de empresa especializada na área de engenharia ou construção civil, responsável pela execução integral dos serviços necessários à conclusão da edificação, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e demais insumos indispensáveis à plena realização do objeto.
- 03.03.** A intervenção compreenderá, de forma integrada, as seguintes frentes principais de execução:
- 03.03.1.** serviços preliminares, incluindo mobilização de equipe, organização do canteiro de obras, instalações provisórias e adoção das medidas de segurança necessárias à execução dos trabalhos;
 - 03.03.2.** execução e complementação de elementos estruturais e construtivos da edificação, abrangendo supestrutura, alvenarias, cobertura e demais componentes necessários à conclusão da obra;
 - 03.03.3.** execução e finalização das instalações prediais, incluindo sistemas hidráulicos, sanitários e elétricos, bem como demais instalações necessárias ao pleno funcionamento da edificação;
 - 03.03.4.** execução de revestimentos, pavimentações e demais serviços de acabamento, incluindo pisos, revestimentos de paredes, pintura e instalação de esquadrias;
 - 03.03.5.** execução de adequações necessárias à acessibilidade, segurança e funcionalidade do imóvel, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis;
 - 03.03.6.** limpeza final da obra e entrega da edificação em condições adequadas de utilização.
- 03.04.** A execução deverá observar integralmente os **projetos técnicos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes do processo**, bem como as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, além das normas de segurança do trabalho e demais regulamentos pertinentes.
- 03.05.** A Administração exercerá a **gestão e fiscalização do contrato por meio do Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social**, com eventual apoio técnico da área

municipal responsável por obras ou engenharia, competindo-lhe acompanhar a execução dos serviços, verificar a conformidade com os documentos técnicos e assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos.

- 03.06.** Concluída a execução, a obra será submetida aos procedimentos de **recebimento provisório e definitivo**, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e no futuro contrato administrativo.

04. Dos requisitos para contratação:

Critérios de Sustentabilidade

- 04.01.** A execução da obra de **conclusão da construção da Casa de Atendimento ao Menor**, ainda que caracterizada como retomada de empreendimento anteriormente iniciado, poderá gerar impactos ambientais inerentes às atividades típicas da construção civil, especialmente durante as etapas de mobilização do canteiro de obras, movimentação de materiais, execução de serviços estruturais e realização de acabamentos.
- 04.02.** Entre os principais impactos potenciais, destacam-se:
- 04.02.1.** geração de resíduos da construção civil, provenientes de sobras de materiais, embalagens e eventuais ajustes construtivos;
 - 04.02.2.** emissão de poeira e partículas decorrentes da movimentação de solo, transporte de materiais e execução de serviços de corte ou preparo de superfícies;
 - 04.02.3.** geração de ruídos provenientes da utilização de equipamentos e ferramentas de obra;
 - 04.02.4.** consumo de recursos naturais, especialmente água e energia elétrica durante a execução dos serviços.
- 04.03.** Tais impactos possuem **caráter temporário, localizado e controlável**, podendo ser mitigados por meio da adoção de boas práticas construtivas e da observância da legislação ambiental aplicável.
- 04.04.** Para mitigação desses impactos, a contratada deverá adotar, no mínimo, as seguintes medidas:
- 04.04.1.** realizar a **segregação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil**, em conformidade com a legislação ambiental aplicável e com as normas municipais de manejo de resíduos;
 - 04.04.2.** manter o **canteiro de obras organizado e limpo**, evitando o acúmulo de resíduos e o descarte irregular de materiais;
 - 04.04.3.** adotar **medidas de controle de poeira**, incluindo, quando necessário, a umidificação de superfícies e o adequado acondicionamento de materiais pulverulentos;

- 04.04.4.** promover o **uso racional de água e energia elétrica**, evitando desperdícios durante a execução dos serviços;
- 04.04.5.** observar as **normas de segurança do trabalho e controle de ruídos**, utilizando adequadamente equipamentos e organizando as atividades no canteiro de obras.
- 04.05.** A contratada deverá, ainda, observar as **normas técnicas aplicáveis à construção civil, especialmente as normas da ABNT, bem como a legislação ambiental vigente**, atendendo eventuais exigências dos órgãos ambientais competentes.
- 04.06.** A adoção dessas medidas visa assegurar que a execução da obra ocorra de forma ambientalmente responsável, minimizando impactos ao entorno e garantindo conformidade com os princípios da **sustentabilidade, da eficiência e da adequada gestão dos recursos públicos**.

Das garantias Contratuais

- 04.07.** Considerando a natureza da presente contratação, que envolve a **execução direta de obra pública com fornecimento de materiais, mão de obra, máquinas e equipamentos**, será exigida **garantia contratual**, nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.
- 04.08.** O contratado poderá optar por uma das seguintes modalidades, conforme o art. 96, §1º da Lei nº 14.133/2021:
- 04.08.1.** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
 - 04.08.2.** Seguro-garantia;
 - 04.08.3.** Fiança bancária.
- 04.09.** A garantia será exigida no percentual de **5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato**, em conformidade com o caput do art. 98 da Lei nº 14.133/2021, considerando a moderada complexidade técnica e o risco associado à execução da obra.
- 04.10.** A garantia será liberada após a **conclusão da obra e o recebimento definitivo**, mediante fiel execução do contrato, ou em caso de extinção contratual por culpa exclusiva da Administração, em conformidade com o art. 100 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.1. Da indicação ou vedação de marcas**
- 04.11.** Na presente contratação não são aplicáveis a possibilidade de indicação de marcas e, tampouco, a sua vedação.
- 04.11.1.** As especificações técnicas foram definidas com base nos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e referências oficiais de custos, como o SINAPI e demais composições utilizadas pela Administração, com o objetivo de assegurar parâmetros objetivos quanto à execução da obra. Assim, eventuais menções a marcas, fabricantes ou modelos constantes neste Termo de Referência têm caráter meramente ilustrativo, sendo utilizadas exclusivamente para fins de definição das especificações técnicas mínimas exigidas, não representando, em hipótese alguma, direcionamento ou restrição indevida à competitividade.

- 04.12.** A contratada deverá apresentar, quando solicitado pela fiscalização, catálogos, fichas técnicas e certificados dos materiais a serem empregados, de modo a comprovar a conformidade com as especificações constantes dos projetos, memoriais e planilhas orçamentárias. Caso necessário, poderão ser exigidos ensaios laboratoriais para atestar a qualidade dos materiais empregados na obra.

05. Da forma de execução e fiscalização:

- 05.01.** A execução contratual será regida pelos artigos 115 a 123 da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e plena responsabilidade da contratada. O objeto será executado diretamente pela empresa contratada, que deverá atender integralmente às especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas.
- 05.01.1.** Considerando a natureza do objeto será adotado o **regime de empreitada por preço unitário**, nos termos do art. 6º, XXVIII da Lei nº 14.133/2021.
- 05.01.2.** Nesse regime, a contratada se obriga a executar a obra conforme os preços unitários contratados, com pagamentos vinculados às medições dos quantitativos efetivamente executados, segundo o cronograma físico-financeiro. Para tanto, deverão ser apresentadas planilhas detalhadas com **quantitativos, custos unitários, BDI e encargos sociais**, que servirão de referência para a execução e eventuais aditamentos.
- 05.02.** A execução ocorrerá no imóvel situado à Rua Salua Garaib Cicogna, nº 113 - Quadra A, Parque Primavera – Centro, Matão/SP, conforme delimitado nos projetos e memoriais anexos.
- 05.03.** A contratada deverá comunicar imediatamente à Secretaria de Serviços Públicos e Manutenção qualquer intercorrência que configure risco de atraso, descumprimento de prazo ou inexecução parcial/total do contrato, apresentando plano de ação corretivo.
- 05.04.** A contratada será integralmente responsável por:
- 05.04.1.** Fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessários à execução da obra;
- 05.04.2.** Reparação, substituição ou correção, às suas expensas, de quaisquer serviços ou materiais em desacordo com as especificações técnicas;
- 05.04.3.** Cumprimento das normas de segurança do trabalho (NRs), ambientais e de acessibilidade;
- 05.04.4.** Reparação de danos, perdas e prejuízos causados à Administração ou a terceiros por ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou subcontratados;
- 05.04.5.** Transporte e destinação ambientalmente adequados de entulhos e resíduos da construção civil.

05.05. Sem prejuízo das demais garantias, estabelecidas em contrato ou legalmente aplicáveis, a contratada é responsável pela solidez e segurança do serviço, nos termos do **artigo 618 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002)**, que fixa em cinco anos o prazo para responder pela solidez e segurança do trabalho executado, sem pre

05.05.1. Tal responsabilidade abrange, inclusive, eventuais defeitos relacionados aos materiais utilizados e ao solo, contados a partir do **recebimento definitivo da obra pela Administração.**

05.06. A contratada deverá ainda:

05.06.1. Utilizar exclusivamente materiais novos, de primeiro uso, vedada a utilização de peças ou insumos remanufaturados ou reconicionados;

05.06.2. Responder às solicitações da fiscalização no prazo máximo de **24 horas**, realizando intervenção imediata nos casos de risco à segurança da edificação ou dos usuários.

05.06.3. A Administração designará gestor e fiscais para acompanhar a execução, manter registros de ocorrências e exigir correções. Estes terão autoridade para suspender ou rejeitar serviços executados em desacordo com as exigências do contrato, aplicando-se as penalidades cabíveis.

05.06.4. Estrutura Operacional da Contratada: Como condição para assinatura do contrato, a contratada deverá comprovar que dispõe de estrutura técnica, equipamentos e equipe qualificada compatíveis com o objeto, mediante documentos como alvará de funcionamento, licenças e relação de profissionais e equipamentos.

06. Da gestão e fiscalização do contrato

06.01. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

06.02. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

06.03. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

06.04. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, *caput*).

06.05. A fiscalização e Gestão do Contrato, ficarão, a cargo do Secretário de Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.

- 06.06.** Os procedimentos de fiscalização e gestão contratual poderão contar com apoio dos quadros técnicos da secretária solicitante, ou ainda, de outras secretárias que contem com profissionais cujas atribuições sejam pertinentes ao objeto da contratação.
- 06.07.** Para os fins dessa contratação, são atividades de fiscalização: acompanhar a execução do contrato e verificar o cumprimento das condições estabelecidas; registrar as ocorrências relacionadas à execução, indicando, quando necessário, medidas corretivas e prazos para a regularização de falhas ou impropriedades; atestar o fornecimento dos bens ou a execução dos serviços para fins de liquidação da despesa; adotar medidas preventivas de controle da execução contratual; acompanhar os aspectos formais e documentais da execução contratual, verificando a manutenção das condições de habilitação do contratado, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, bem como os procedimentos relacionados a empenho, pagamento, garantias, glosas, apostilamentos e termos aditivos, solicitando, sempre que necessário, a apresentação de documentos comprobatórios. Verificado o descumprimento de obrigações contratuais, deverá atuar de forma tempestiva para a solução das inconsistências, comunicando o gestor do contrato quando a situação ultrapassar sua competência.
- 06.08.** Para os fins dessa contratação, são atividades de gestão do contrato: acompanhar a execução global do ajuste, avaliar a necessidade de prorrogação, alteração, reequilíbrio econômico-financeiro, suspensão ou extinção do contrato, autorizar pagamentos, zelar pela manutenção das condições de habilitação do contratado e adotar as providências necessárias à apuração de responsabilidades e à eventual aplicação de sanções, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Ao final da execução contratual, o gestor deverá elaborar relatório conclusivo quanto ao alcance dos objetivos da contratação, registrando eventuais pontos de aprimoramento para futuras contratações.

07. Dos Critérios de Medição e Pagamento:

- 07.01.** Nos termos do **art. 140, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei nº 14.133/2021**, a execução da obra pública objeto deste contrato— será submetida às etapas de **recebimento provisório e definitivo**, de forma a garantir a conformidade técnica, contratual e legal da entrega.

07.01.1. O **recebimento provisório** ocorrerá após a conclusão dos serviços contratados ou de etapas específicas previstas no cronograma físico-financeiro. Será formalizado mediante **lavratura de termo circunstanciado**, elaborado por servidor ou comissão designada, com base nas medições protocoladas pela contratada.

07.01.1.1. Eventuais pendências ou inconformidades serão registradas no termo de recebimento provisório, devendo a contratada promover as correções no prazo fixado pela fiscalização.

- 07.01.2.** O **recebimento definitivo** será realizado após a verificação da regularidade e conformidade integral da obra, incluindo a correção de eventuais falhas ou imperfeições constatadas no recebimento provisório.
- 07.02.** Caberá a servidor ou comissão formalmente designada proceder à **vistoria final**, avaliando a execução conforme os **projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, especificações técnicas, normas técnicas e cláusulas contratuais**.
- 07.03.** Serão observados critérios objetivos de qualidade, como:
- 07.03.1.** execução correta das instalações hidráulicas e elétricas;
 - 07.03.2.** adequação dos revestimentos, pisos e esquadrias;
 - 07.03.3.** conformidade da cobertura e pintura;
- 07.04.** Somente após a emissão do **termo de recebimento definitivo** a obra será considerada integralmente aceita, podendo a Administração **liberar eventuais garantias contratuais**, registrar o objeto como bem público permanente e dar início à **contagem do prazo de garantia**, nos termos do **art. 141 da Lei nº 14.133/2021**.
- 07.05.** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de fixado pela administração (coerente com a dimensão da parcela recusada), às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 07.05.1.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de fornecimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 07.06.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 07.07.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 07.08.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil sobre o fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 07.09.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:
- 07.09.1.** o prazo de validade;
 - 07.09.2.** a data da emissão;
 - 07.09.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

- 07.09.4.** o período respectivo de execução do contrato;
- 07.09.5.** o valor a pagar; e
- 07.09.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 07.10.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 07.11.** **A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).**
- 07.12.** A Administração deverá realizar consulta a fim de: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a contratação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 07.13.** Constatando-se, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 07.14.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 07.15.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 07.16.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação.
- 07.17.** A medição dos serviços será realizada mensalmente, com base na quantidade efetivamente executada e registrada pela contratada, conforme as solicitações emitidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.
- 07.18.** A medição dos serviços contratados será realizada mensalmente, com base nos quantitativos **efetivamente executados e aferidos em campo pela fiscalização**, de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado. Os critérios a seguir nortearão a apuração e a liquidação das despesas:
- 07.18.1.** Procedimentos de Medição:

- 07.18.1.1.** As medições dos serviços executados deverão ser protocoladas pela contratada junto à Prefeitura Municipal de Matão sempre no **primeiro dia útil de cada mês**.
- 07.19.** A conferência das medições será realizada no prazo máximo de **cinco (5) dias úteis**, sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, com apoio técnico da equipe de engenharia do Município ou de servidor formalmente designado.
- 07.20.** A verificação consistirá no cotejamento entre os serviços efetivamente executados e a medição apresentada, observando-se:
- 07.20.1.** os critérios técnicos descritos neste Termo de Referência;
 - 07.20.2.** o cronograma físico-financeiro aprovado;
 - 07.20.3.** os quantitativos e valores unitários previstos no contrato;
 - 07.20.4.** as especificações normativas de qualidade e segurança aplicáveis.
- 07.21.** Ateste e Encaminhamento para Pagamento
- 07.21.1.** Após conferência e aceite da medição, será emitido o **atesto técnico**, que servirá de base para encaminhamento à Secretaria de Administração e Finanças, responsável pelos procedimentos de pagamento.
 - 07.21.2.** A contratada deverá apresentar a **Nota Fiscal correspondente aos serviços executados**, após o respectivo ateste técnico.
 - 07.21.3.** A Nota Fiscal será conferida e atestada pelo responsável designado, no prazo de 05 dias úteis, em seguida, encaminhada à Secretaria de Administração e Finanças para liquidação e pagamento.
 - 07.21.4.** O pagamento será realizado em até **15 (quinze) dias úteis contados do ateste da nota fiscal**, ou no primeiro dia útil seguinte quando coincidir com feriado ou fim de semana.
 - 07.21.5.** A ausência de ateste técnico impedirá a liquidação da despesa.
- 07.22.** Alteração de Quantitativos e Valores
- 07.22.1.** Durante a execução contratual, não será admitida a alteração dos **valores unitários contratados**.
 - 07.22.2.** O valor global do contrato somente poderá ser alterado por meio de **aditamento formal**, em caso de acréscimo ou supressão de quantitativos devidamente justificados, respeitados os limites previstos no **art. 125 da Lei nº 14.133/2021**.
- 07.23.** Eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado pela contratada e instruído com documentação técnica e econômica que comprove a ocorrência de fato superveniente e imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, nos termos da legislação.
- 07.24.** O pedido será analisado pela Administração, observando-se os critérios legais e contratuais pertinentes.

- 07.25.** Ocorrendo atraso no pagamento, a Prefeitura fica sujeita a correção monetária pelo índice IPCA/IBGE.
- 07.26.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado, **a ser indicada pela contratada já no momento da apresentação da proposta.**
- 07.27.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 07.28.** O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 07.28.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 07.29.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.2.

08. Da forma e critérios de seleção do fornecedor:

- 08.01.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

- 08.02.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 08.03. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 08.04. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 08.05. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa

onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

- 08.06. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 08.07. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 08.08. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);
- 08.09.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 08.10.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 08.11.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 08.12.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 08.13.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 08.14.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 08.15.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 08.16.** Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal

condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

- 08.17.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;
- 08.18.** Certidão negativa de falência, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;
- 08.19. **Comprovação de capital mínimo**** no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação, nos termos do art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;
- 08.20.** Para empresas constituídas no exercício financeiro da licitação, será admitida a substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 08.21.** Os documentos contábeis exigidos limitar-se-ão ao último exercício social, quando a pessoa jurídica tiver sido constituída há menos de dois anos, observando-se os limites estabelecidos pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), ou outros parâmetros definidos na legislação aplicável.

5.4. **Qualificação Técnica**

- 08.22.** Deverá ser apresentada:
- 08.22.1.** Declaração de conhecimento do local da obra, por meio da qual o licitante afirmará ter ciência das condições físicas, técnicas e operacionais necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais, assegurado o direito à realização de vistoria prévia.
- 08.22.2.** A declaração poderá ser substituída por manifestação formal assinada pelo responsável técnico da empresa, atestando o pleno conhecimento das condições da contratação.
- 08.22.3.** Certidão de Registro da pessoa jurídica junto ao CREA ou CAU, dentro do prazo de validade.
- 08.22.3.1.** No caso de empresa estrangeira, a comprovação poderá ocorrer mediante solicitação de registro perante o conselho profissional competente no Brasil, a ser apresentada até a celebração do contrato.
- 08.22.4.** Será exigida a indicação de profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, com atribuição compatível com o objeto da contratação, especialmente engenheiro civil ou arquiteto.
- 08.22.5.** O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) comprovar experiência anterior em execução de obra de edificação com características semelhantes, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) acompanhada da respectiva

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso.

- 08.22.6.** A comprovação deverá demonstrar experiência compatível com a execução de:
- 08.22.6.1.** Estrutura (supraestrutura em concreto armado);
 - 08.22.6.2.** Cobertura;
 - 08.22.6.3.** Instalações prediais (hidráulicas e elétricas).
- 08.22.7.** O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar efetivamente da execução contratual, admitindo-se substituição apenas por outro de experiência equivalente ou superior, mediante prévia aprovação da Administração.
- 08.22.8.** **A comprovação do vínculo com o profissional será exigida no momento da assinatura do contrato**, podendo ocorrer por meio de contrato social (em caso de sócio), contrato de trabalho, registro em CTPS ou contrato de prestação de serviços.
- 08.22.9.** Serão exigidos atestados referentes às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, assim consideradas aquelas que possuam valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação.
- 08.22.10.** Com fundamento nesse parâmetro legal, foram identificadas como parcelas de valor significativo:
- 08.22.10.1.** 3 - Supraestrutura – 7,68%;
 - 08.22.10.2.** 6 - Esquadria Metálica – 8,32%;
 - 08.22.10.3.** 7 - Cobertura – 12,45%;
 - 08.22.10.4.** 9 - Revestimentos – 16,25%;
 - 08.22.10.5.** 10 - Pavimentação – 6,36%;
 - 08.22.10.6.** 12 - Instalação Hidráulica – 19,32%;
 - 08.22.10.7.** 13 - Instalação Elétrica – 6,12%;
 - 08.22.10.8.** 17 - Pintura – 4,34%.
- 08.22.11.** Assim, a licitante deverá comprovar que já executou serviços compatíveis com as referidas etapas, mediante apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em seu nome.
- 08.22.12.** Os quantitativos mínimos a serem exigidos são de 50% do quantitativo previsto para cada parcela na presente contratação.

09. Das Disposições Gerais e Riscos

- 09.01.** A execução da presente contratação observará diretrizes de alocação de riscos entre a Administração e a futura contratada, nos termos do art. 22, inciso III, e do art. 103 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar adequada distribuição de responsabilidades, maior

previsibilidade na execução contratual e preservação do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

- 09.02.** A matriz de alocação de riscos da contratação será apresentada de forma detalhada na minuta de contrato, integrante do presente processo licitatório, na qual constarão a identificação dos eventos de risco, a atribuição de responsabilidades e os mecanismos de tratamento aplicáveis.
- 09.03.** De forma geral, entretanto, os riscos associados à execução da obra poderão ser classificados em três categorias: **riscos do Contratante**, **riscos do Contratado** e **riscos compartilhados**.
- 09.04.** Serão considerados, em regra, **riscos do Contratante** aqueles decorrentes de atos da Administração que impactem diretamente a execução contratual, tais como alterações unilaterais do contrato, atrasos injustificados na disponibilização de informações, projetos ou condições necessárias à execução da obra, bem como eventual descumprimento de obrigações contratuais por parte da Administração.
- 09.05.** Por sua vez, constituem **riscos do Contratado** os eventos relacionados à organização e à execução dos serviços, incluindo falhas de planejamento, erros técnicos, inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, perdas ou danos a materiais e equipamentos sob sua responsabilidade, bem como os custos logísticos, operacionais e demais encargos necessários ao cumprimento do objeto contratual.
- 09.06.** Poderão ainda ocorrer **riscos compartilhados**, decorrentes de eventos imprevisíveis ou de difícil identificação prévia, cuja ocorrência não possa ser atribuída exclusivamente a uma das partes, como a descoberta de interferências não mapeadas, passivos ambientais não identificados, fatores geotécnicos relevantes não detectáveis a partir das sondagens disponíveis ou a identificação de condições estruturais relevantes em partes da obra anteriormente executadas que não possam ser constatadas por inspeção técnica ordinária.
- 09.07.** Na hipótese de materialização de risco classificado como compartilhado, caberá à fiscalização contratual proceder à análise técnica dos impactos decorrentes e adotar as medidas administrativas cabíveis, observadas as disposições legais aplicáveis, inclusive quanto à eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando demonstrados os pressupostos legais.

10. Estimativas do Valor da Contratação

10.01. O valor estimado total da contratação é de R\$ 1.037.689,90 (um milhão, trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais e noventa centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante do item 1.2.

11. Da dotação Orçamentária

11.01. A presente licitação compatibiliza-se com as leis orçamentárias, sendo atendida pela dotação 2026-591, com vínculo 01.510.0000 e Classificação funcional 08.122.2701 1.001 e elemento da despesa 4.4.90.51.00/91

Matão, 05 de março de 2026.

ENIO OTÁVIO DE SOUZA LANGHI

Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania

ANEXO I-A

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE QUANTITATIVOS E PREÇOS

Item	Ref.	Código	Descrição dos Serviços	Und.	Qtd.	Valor Unit. (R\$) s/ BDI	Valor Unit. (R\$) c/ BDI	Preço do Serviço (R\$) c/ BDI
1			ADMINISTRAÇÃO LOCAL E SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 6.405,30
1.1	SINAPI	103689	Placa de obra em chapa galvanizada 2,4x1,2m	m²	2,88	R\$ 474,01	R\$ 568,81	R\$ 1.638,18
1.2	SINAPI -I	10776	Locação de container para escritório	mês	6	R\$ 662,10	R\$ 794,52	R\$ 4.767,12
2			MOVIMENTO DE TERRA					R\$ 9.707,32
2.1	CDHU	05.10.010	Carregamento mecanizado de solo	m³	201,38	R\$ 5,52	R\$ 6,62	R\$ 1.333,94
2.2	CDHU	05.10.020	Transporte de solo até 2 km	m³	402,76	R\$ 8,75	R\$ 10,50	R\$ 4.228,98
2.3	CDHU	07.12.010	Compactação de aterro mecanizado	m³	201,38	R\$ 17,15	R\$ 20,58	R\$ 4.144,40
3			SUPRAESTRUTURA					R\$ 79.712,84
3.1	CDHU	14.20.010	Pilares de concreto armado	m³	1,5	R\$ 1.893,98	R\$ 2.272,78	R\$ 3.409,16
3.1	SINAPI	103672	Concretagem fck 25 MPa – vigas	m³	12,11	R\$ 588,49	R\$ 706,19	R\$ 8.551,94
3.2	SINAPI	101964	Laje pré-moldada unidirecional	m²	286,86	R\$ 196,82	R\$ 236,18	R\$ 67.751,74
4			ALVENARIA					R\$ 22.501,74
4.1	SINAPI	103322	Alvenaria vedação – platibanda	m²	154,36	R\$ 64,58	R\$ 77,50	R\$ 11.962,28
4.2	SINAPI	103322	Alvenaria vedação – complemento muro	m²	136	R\$ 64,58	R\$ 77,50	R\$ 10.539,46
5			ESQUADRIA DE MADEIRA					R\$ 6.731,14
5.1	SINAPI	90843	Kit porta de madeira 80x210cm	unid.	4	R\$ 1.402,32	R\$ 1.682,78	R\$ 6.731,14
6			ESQUADRIA METÁLICA					R\$ 86.331,48
6.1	CDHU	25.01.380	Caixilho alumínio correr com vidro	m²	27	R\$ 760,19	R\$ 912,23	R\$ 24.630,16
6.2	CDHU	25.01.361	Caixilho alumínio maxim-ar	m²	3,6	R\$ 1.436,85	R\$ 1.724,22	R\$ 6.207,19
6.3	CDHU	25.01.100	Caixilho em alumínio tipo veneziana sob medida	m²	7,5	R\$ 1.382,10	R\$ 1.658,52	R\$ 12.438,90
6.4	CDHU	25.02.211	Porta veneziana de abrir em alumínio – cor branca	m²	31,14	R\$ 710,63	R\$ 852,76	R\$ 26.554,82
6.5	CDHU	25.02.221	Porta de correr em alumínio com veneziana e vidro – cor branca	m²	15,96	R\$ 861,55	R\$ 1.033,86	R\$ 16.500,41
7			COBERTURA					R\$ 129.215,90
7.1	SINAPI	92580	Trama de aço para telhados até 2 águas	m²	441,04	R\$ 52,38	R\$ 62,86	R\$ 27.722,01
7.2	SINAPI	94216	Telhamento com telha metálica termoacústica (e=30mm)	m²	441,04	R\$ 191,77	R\$ 230,12	R\$ 101.493,89
8			IMPERMEABILIZAÇÃO					R\$ 20.432,50
8.1	SINAPI	98555	Impermeabilização com argamassa polimérica (3 demãos)	m²	466,24	R\$ 36,52	R\$ 43,82	R\$ 20.432,50
9			REVESTIMENTOS					R\$ 168.618,05



9.1			PAREDES INTERNAS					
9.1.1	SINAPI	87529	Massa única em paredes internas (e=17,5mm)	m²	935,55	R\$ 41,63	R\$ 49,96	R\$ 46.736,34
9.2			FORRO					
9.2.1	SINAPI	87882	Chapisco em teto com rolo para textura acrílica	m²	268,73	R\$ 6,52	R\$ 7,82	R\$ 2.102,54
9.2.2	SINAPI	90406	Massa única em teto (e=17,5mm)	m²	268,73	R\$ 50,56	R\$ 60,67	R\$ 16.304,39
9.3			PAREDES EXTERNAS					
9.3.1	SINAPI	87894	Chapisco em fachadas	m²	785,2	R\$ 8,29	R\$ 9,95	R\$ 7.811,17
9.3.2	SINAPI	87775	Emboço/massa única em fachada (e=25mm)	m²	785,2	R\$ 65,19	R\$ 78,23	R\$ 61.424,63
9.4			AZULEJOS					
9.4.1	SINAPI	87275	Revestimento cerâmico interno 33x45 cm (meia altura)	m²	376,17	R\$ 75,85	R\$ 91,02	R\$ 34.238,99
10			PAVIMENTAÇÃO					R\$ 65.951,44
10.1			PISO					
10.1.1	SINAPI	87680	Contrapiso em argamassa traço 1:4 (e=4cm)	m²	268,73	R\$ 44,00	R\$ 38,96	R\$ 10.469,72
10.1.2	SINAPI	87263	Revestimento cerâmico/porcelanato 60x60 cm	m²	268,73	R\$ 104,30	R\$ 125,16	R\$ 33.634,25
10.1.3	CDHU	18.08.042	Rodapé em porcelanato antiderrapante	m	132,72	R\$ 29,96	R\$ 35,95	R\$ 4.771,55
10.2			CIMENTADO					
10.2.1	SINAPI	101749	Piso cimentado liso (pátios 01 e 02)	m²	132,56	R\$ 58,13	R\$ 38,96	R\$ 5.164,54
10.2.2	SINAPI	101748	Preparo de contrapiso com politriz	m²	132,56	R\$ 4,73	R\$ 5,68	R\$ 752,41
10.2.3	SINAPI	101750	Piso cimentado rústico (calçamento externo)	m²	169,26	R\$ 54,94	R\$ 65,93	R\$ 11.158,97
11			ACABAMENTO					R\$ 31.706,96
11.1	SINAPI	98689	Soleira em granito (largura 15 cm)	m	27,25	R\$ 126,27	R\$ 151,52	R\$ 4.129,03
11.2	SINAPI	102253	Divisória sanitária em granito (esp. 3 cm)	m²	23,4	R\$ 982,12	R\$ 1.178,54	R\$ 27.577,93
12			INSTALAÇÃO HIDRÁULICA					R\$ 200.463,25
12.1			Rede de Água Fria – Implantação					
12.1.1	SINAPI	95635	Kit cavalete para medição de água (PVC DN 25)	un.	1	R\$ 272,81	R\$ 327,37	R\$ 327,37
12.1.2	SINAPI	89356	Tubo PVC soldável DN 25 mm	m	102	R\$ 32,99	R\$ 39,59	R\$ 4.037,98
12.1.3	SINAPI	98111	Caixa de inspeção (proteção registros externos)	un.	7	R\$ 57,76	R\$ 69,31	R\$ 485,18
12.1.4	SINAPI	89353	Registro de gaveta bruto 3/4"	un.	7	R\$ 33,91	R\$ 40,69	R\$ 284,84
12.1.5	SINAPI	86913	Torneira cromada 3/4" padrão popular	un.	4	R\$ 51,41	R\$ 61,69	R\$ 246,77
12.1.6	SINAPI	89362	Joelho 90° PVC DN 25 mm	un.	17	R\$ 12,97	R\$ 15,56	R\$ 264,59



12.1.7	SINAPI	89363	Joelho 45° PVC DN 25 mm	un.	5	R\$ 13,88	R\$ 16,66	R\$ 83,28
12.1.8	SINAPI	89366	Joelho 90° com bucha de latão DN 25 mm	un.	4	R\$ 20,68	R\$ 24,82	R\$ 99,26
12.1.9	SINAPI	89378	Luva PVC soldável DN 25 mm	un.	5	R\$ 9,38	R\$ 11,26	R\$ 56,28
12.1.10	SINAPI	89440	Tê PVC soldável DN 25 mm	un.	6	R\$ 16,16	R\$ 19,39	R\$ 116,35
12.1.11	SINAPI	96526	Escavação manual (vala para tubulação)	m³	13	R\$ 280,42	R\$ 336,50	R\$ 4.374,55
12.1.12	SINAPI	93382	Reaterro manual apiloado	m²	32	R\$ 35,35	R\$ 42,42	R\$ 1.357,44
12.2			Rede de Água Fria – Distribuição (Bloco 01)					
12.2.1	SINAPI	102609	Caixa d'água em polietileno 2000 L	un.	1	R\$ 1.183,33	R\$ 1.420,00	R\$ 1.420,00
12.2.2	SINAPI	89570	Adaptador curto c/ bolsa e rosca DN 40 mm	un.	1	R\$ 13,63	R\$ 16,36	R\$ 16,36
12.2.3	SINAPI	89610	Adaptador curto c/ bolsa e rosca DN 60 mm	un.	1	R\$ 22,82	R\$ 27,38	R\$ 27,38
12.2.4	SINAPI	94498	Registro de gaveta bruto 2"	un.	1	R\$ 122,54	R\$ 147,05	R\$ 147,05
12.2.5	SINAPI	94496	Registro de gaveta bruto 1 1/4"	un.	1	R\$ 70,35	R\$ 84,42	R\$ 84,42
12.2.6	SINAPI	89628	Tê PVC DN 60 mm	un.	2	R\$ 56,03	R\$ 67,24	R\$ 134,47
12.2.7	SINAPI	89623	Tê PVC DN 40 mm	un.	3	R\$ 23,58	R\$ 28,30	R\$ 84,89
12.2.8	SINAPI	89620	Tê PVC DN 32 mm	un.	1	R\$ 14,84	R\$ 17,81	R\$ 17,81
12.2.9	SINAPI	103993	Bucha de redução DN 40 x 32 mm	un.	1	R\$ 12,66	R\$ 15,19	R\$ 15,19
12.2.10	SINAPI	89505	Joelho 90° PVC DN 60 mm	un.	4	R\$ 48,36	R\$ 58,03	R\$ 232,13
12.2.11	SINAPI	89497	Joelho 90° PVC DN 40 mm	un.	4	R\$ 16,26	R\$ 19,51	R\$ 78,05
12.2.12	SINAPI	89492	Joelho 90° PVC DN 32 mm	un.	4	R\$ 10,44	R\$ 12,53	R\$ 50,11
12.2.13	SINAPI	89481	Joelho 90° PVC DN 25 mm	un.	2	R\$ 6,98	R\$ 8,38	R\$ 16,75
12.2.14	SINAPI	103964	Bucha de redução DN 40 x 25 mm	un.	1	R\$ 9,86	R\$ 11,83	R\$ 11,83
12.2.15	SINAPI	89450	Tubo PVC DN 60 mm	m	18	R\$ 34,23	R\$ 41,08	R\$ 739,37
12.2.16	SINAPI	89448	Tubo PVC DN 40 mm	m	12	R\$ 19,41	R\$ 23,29	R\$ 279,50
12.2.17	SINAPI	89447	Tubo PVC DN 32 mm	m	12	R\$ 12,75	R\$ 15,30	R\$ 183,60
12.2.18	SINAPI	89402	Tubo PVC DN 25 mm	m	12	R\$ 16,74	R\$ 20,09	R\$ 241,06
12.3			Rede de Água Fria – Distribuição (Bloco 03)					
12.3.1	SINAPI	102609	Caixa d'água em polietileno 2000 L	un.	1	R\$ 1.183,33	R\$ 1.420,00	R\$ 1.420,00
12.3.2	SINAPI	89570	Adaptador curto c/ bolsa e rosca DN 40 mm	un.	1	R\$ 13,63	R\$ 16,36	R\$ 16,36
12.3.3	SINAPI	89610	Adaptador curto c/ bolsa e rosca DN 60 mm	un.	1	R\$ 22,82	R\$ 27,38	R\$ 27,38
12.3.4	SINAPI	94498	Registro de gaveta bruto 2"	un.	1	R\$ 122,54	R\$ 147,05	R\$ 147,05
12.3.5	SINAPI	94496	Registro de gaveta bruto 1 1/4"	un.	1	R\$ 70,35	R\$ 84,42	R\$ 84,42
12.3.6	SINAPI	89628	Tê PVC DN 60 mm	un.	3	R\$ 56,03	R\$ 67,24	R\$ 201,71
12.3.7	SINAPI	89623	Tê PVC DN 40 mm	un.	1	R\$ 23,58	R\$ 28,30	R\$ 28,30
12.3.8	SINAPI	89620	Tê PVC DN 32 mm	un.	2	R\$ 14,84	R\$ 17,81	R\$ 35,62
12.3.9	SINAPI	89505	Joelho 90° PVC DN 60 mm	un.	5	R\$ 48,36	R\$ 58,03	R\$ 290,16



12.3.1 0	SINAPI	89492	Joelho 90° PVC DN 32 mm	un.	4	R\$ 10,44	R\$ 12,53	R\$ 50,11
12.3.1 1	SINAPI	89481	Joelho 90° PVC DN 25 mm	un.	2	R\$ 6,98	R\$ 8,38	R\$ 16,75
12.3.1 2	SINAPI	103993	Bucha de redução DN 40 x 32 mm	un.	1	R\$ 12,66	R\$ 15,19	R\$ 15,19
12.3.1 3	SINAPI	89450	Tubo PVC DN 60 mm	m	6	R\$ 34,23	R\$ 41,08	R\$ 246,46
12.3.1 4	SINAPI	89448	Tubo PVC DN 40 mm	m	6	R\$ 19,41	R\$ 23,29	R\$ 139,75
12.3.1 5	SINAPI	89447	Tubo PVC DN 32 mm	m	6	R\$ 12,75	R\$ 15,30	R\$ 91,80
12.4			Rede de Água Fria – Distribuição (Bloco 04)					
12.4.1	SINAPI	102623	Caixa d'água em polietileno 1000 L (com acessórios)	un.	1	R\$ 914,16	R\$ 1.096,99	R\$ 1.096,99
12.4.2	SINAPI	89570	Adaptador curto c/ bolsa e rosca DN 40 mm	un.	1	R\$ 13,63	R\$ 16,36	R\$ 16,36
12.4.3	SINAPI	89610	Adaptador curto c/ bolsa e rosca DN 60 mm	un.	1	R\$ 22,82	R\$ 27,38	R\$ 27,38
12.4.4	SINAPI	94498	Registro de gaveta bruto 2"	un.	1	R\$ 122,54	R\$ 147,05	R\$ 147,05
12.4.5	SINAPI	94496	Registro de gaveta bruto 1 1/4"	un.	1	R\$ 70,35	R\$ 84,42	R\$ 84,42
12.4.6	SINAPI	89628	Tê PVC DN 60 mm	un.	1	R\$ 56,03	R\$ 67,24	R\$ 67,24
12.4.7	SINAPI	89623	Tê PVC DN 40 mm	un.	2	R\$ 23,58	R\$ 28,30	R\$ 56,59
12.4.8	SINAPI	89620	Tê PVC DN 32 mm	un.	2	R\$ 14,84	R\$ 17,81	R\$ 35,62
12.4.9	SINAPI	89505	Joelho 90° PVC DN 60 mm	un.	4	R\$ 14,25	R\$ 17,10	R\$ 68,40
12.4.1 0	SINAPI	89506	Joelho 45° PVC DN 60 mm	un.	2	R\$ 46,31	R\$ 55,57	R\$ 111,14
12.4.1 1	SINAPI	89497	Joelho 90° PVC DN 40 mm	un.	5	R\$ 16,26	R\$ 19,51	R\$ 97,56
12.4.1 2	SINAPI	89498	Joelho 45° PVC DN 40 mm	un.	2	R\$ 16,32	R\$ 19,58	R\$ 39,17
12.4.1 3	SINAPI	89481	Joelho 90° PVC DN 25 mm	un.	2	R\$ 6,98	R\$ 8,38	R\$ 16,75
12.4.1 4	SINAPI	89450	Tubo PVC DN 60 mm	m	18	R\$ 34,23	R\$ 41,08	R\$ 739,37
12.4.1 5	SINAPI	89448	Tubo PVC DN 40 mm	m	24	R\$ 19,41	R\$ 23,29	R\$ 559,01
12.5			Rede de Água Fria – Prumadas, Louças e Acessórios (Bloco 01)					
12.5.1	SINAPI	89356	Tubo PVC DN 25 mm	m	36	R\$ 32,39	R\$ 38,87	R\$ 1.399,25
12.5.2	SINAPI	89449	Tubo PVC DN 50 mm	m	12	R\$ 21,51	R\$ 25,81	R\$ 309,74
12.5.3	SINAPI	89605	Luva de redução DN 60 x 50 mm	un.	3	R\$ 24,06	R\$ 28,87	R\$ 86,62
12.5.4	SINAPI	89433	Luva de redução DN 40 x 32 mm	un.	2	R\$ 16,42	R\$ 19,70	R\$ 39,41
12.5.5	SINAPI	89426	Luva de redução DN 32 x 25 mm	un.	4	R\$ 12,10	R\$ 14,52	R\$ 58,08
12.5.6	SINAPI	89412	Joelho 90° PVC DN 25 mm x 3/4"	un.	12	R\$ 12,95	R\$ 15,54	R\$ 186,48
12.5.7	SINAPI	89440	Tê PVC DN 25 mm	un.	5	R\$ 16,16	R\$ 19,39	R\$ 96,96
12.5.8	SINAPI	89366	Joelho 90° com bucha de latão DN 25 mm	un.	14	R\$ 20,68	R\$ 24,82	R\$ 347,42
12.5.9	SINAPI	89396	Tê com bucha de latão DN 25 mm x 1/2"	un.	5	R\$ 25,84	R\$ 31,01	R\$ 155,04
12.5.1 0	SINAPI	89595	Adaptador curto DN 50 mm x 1 1/4"	un.	6	R\$ 17,00	R\$ 20,40	R\$ 122,40
12.5.1 1	SINAPI	89429	Adaptador curto DN 25 mm x 3/4"	un.	14	R\$ 8,07	R\$ 9,68	R\$ 135,58

12.5.1 2	SINAPI	89987	Registro de gaveta 3/4" com acabamento cromado	un.	7	R\$ 79,12	R\$ 94,94	R\$ 664,61
12.5.1 3	SINAPI	94497	Registro de gaveta bruto 1 1/2"	un.	3	R\$ 89,39	R\$ 107,27	R\$ 321,80
12.5.1 4	SINAPI	99635	Válvula de descarga metálica com acabamento cromado	un.	3	R\$ 445,41	R\$ 534,49	R\$ 1.603,48
12.5.1 5	SINAPI	100860	Chuveiro elétrico comum tipo ducha	un.	2	R\$ 125,32	R\$ 150,38	R\$ 300,77
12.5.1 6	SINAPI	100858	Mictório sifonado louça branca	un.	1	R\$ 792,59	R\$ 951,11	R\$ 951,11
12.5.1 7	SINAPI	95470	Vaso sanitário sifonado com conjunto de ligação	un.	3	R\$ 320,13	R\$ 384,16	R\$ 1.152,47
12.5.1 8	SINAPI	86942	Lavatório suspenso com acessórios (padrão popular)	un.	3	R\$ 276,64	R\$ 331,97	R\$ 995,90
12.5.1 9	SINAPI	93441	Bancada em granito com cuba e acessórios (cozinha)	un.	2	R\$ 1.226,97	R\$ 1.472,36	R\$ 2.944,73
12.5.2 0	SINAPI	86925	Tanque de mármore sintético com coluna	un.	2	R\$ 745,54	R\$ 894,65	R\$ 1.789,30
12.5.2 1	SINAPI	86911	Torneira cromada longa de parede	un.	4	R\$ 79,36	R\$ 95,23	R\$ 380,93
12.5.2 2	SINAPI	100849	Assento sanitário convencional	un.	3	R\$ 47,55	R\$ 57,06	R\$ 171,18
12.6			Rede de Água Fria – Prumadas, Louças e Acessórios (Bloco 03)					
12.6.1	SINAPI	89356	Tubo PVC DN 25 mm	m	24	R\$ 32,99	R\$ 39,59	R\$ 950,11
12.6.2	SINAPI	89449	Tubo PVC DN 50 mm	m	12	R\$ 21,51	R\$ 25,81	R\$ 309,74
12.6.3	SINAPI	89605	Luva de redução DN 60 x 50 mm	un.	3	R\$ 24,06	R\$ 28,87	R\$ 86,62
12.6.4	SINAPI	89426	Luva de redução DN 32 x 25 mm	un.	4	R\$ 12,10	R\$ 14,52	R\$ 58,08
12.6.5	SINAPI	89412	Joelho 90° PVC DN 25 mm x 3/4"	un.	6	R\$ 12,95	R\$ 15,54	R\$ 93,24
12.6.6	SINAPI	89440	Tê PVC DN 25 mm	un.	5	R\$ 16,16	R\$ 19,39	R\$ 96,96
12.6.7	SINAPI	89366	Joelho 90° com bucha de latão DN 25 mm	un.	9	R\$ 20,68	R\$ 24,82	R\$ 223,34
12.6.8	SINAPI	89396	Tê com bucha de latão DN 25 mm x 1/2"	un.	2	R\$ 25,84	R\$ 31,01	R\$ 62,02
12.6.9	SINAPI	89595	Adaptador curto DN 50 mm x 1 1/4"	un.	8	R\$ 17,00	R\$ 20,40	R\$ 163,20
12.6.1 0	SINAPI	89429	Adaptador curto DN 25 mm x 3/4"	un.	12	R\$ 8,07	R\$ 9,68	R\$ 116,21
12.6.1 1	SINAPI	94497	Registro de gaveta bruto 1 1/2"	un.	4	R\$ 89,39	R\$ 107,27	R\$ 429,07
12.6.1 2	SINAPI	99635	Válvula de descarga metálica com acabamento cromado	un.	4	R\$ 445,41	R\$ 534,49	R\$ 2.137,97
12.6.1 3	SINAPI	100860	Chuveiro elétrico tipo ducha	un.	4	R\$ 125,32	R\$ 150,38	R\$ 601,54
12.6.1 4	SINAPI	100858	Mictório sifonado louça branca	un.	1	R\$ 792,59	R\$ 951,11	R\$ 951,11
12.6.1 5	SINAPI	95470	Vaso sanitário sifonado convencional	un.	2	R\$ 320,13	R\$ 384,16	R\$ 768,31
12.6.1 6	SINAPI	86942	Lavatório suspenso com acessórios	un.	4	R\$ 276,64	R\$ 331,97	R\$ 1.327,87
12.6.1 7	SINAPI	95472	Vaso sanitário PCD sem furo frontal	un.	2	R\$ 815,16	R\$ 978,19	R\$ 1.956,38
12.6.1 8	SINAPI	100864	Barra de apoio em "L" inox 80x80 cm	un.	8	R\$ 655,30	R\$ 786,36	R\$ 6.290,88

12.6.1 9	SINAPI	100868	Barra de apoio reta inox 80 cm	un.	4	R\$ 343,66	R\$ 412,39	R\$ 1.649,57
12.6.2 0	CDHU	44.03.360	Ducha higiênica plástica com registro metálico	un.	1	R\$ 496,92	R\$ 596,30	R\$ 596,30
12.6.2 1	SINAPI	100849	Assento sanitário convencional	un.	4	R\$ 47,55	R\$ 57,06	R\$ 228,24
12.7			Rede de Água Fria – Prumadas, Louças e Acessórios (Bloco 04)					
12.7.1	SINAPI	89356	Tubo PVC DN 25 mm	m	18	R\$ 32,99	R\$ 39,59	R\$ 712,58
12.7.2	SINAPI	89449	Tubo PVC DN 50 mm	m	6	R\$ 21,51	R\$ 25,81	R\$ 154,87
12.7.3	SINAPI	89605	Luva de redução DN 60 x 50 mm	un.	2	R\$ 24,06	R\$ 28,87	R\$ 57,74
12.7.4	SINAPI	89433	Luva de redução DN 40 x 32 mm	un.	3	R\$ 16,42	R\$ 19,70	R\$ 59,11
12.7.5	SINAPI	89426	Luva de redução DN 32 x 25 mm	un.	3	R\$ 12,10	R\$ 14,52	R\$ 43,56
12.7.6	SINAPI	89412	Joelho 90° PVC DN 25 mm x 3/4"	un.	7	R\$ 12,95	R\$ 15,54	R\$ 108,78
12.7.7	SINAPI	89440	Tê PVC DN 25 mm	un.	4	R\$ 16,16	R\$ 19,39	R\$ 77,57
12.7.8	SINAPI	89366	Joelho 90° com bucha de latão DN 25 mm	un.	8	R\$ 20,68	R\$ 24,82	R\$ 198,53
12.7.9	SINAPI	89595	Adaptador curto DN 50 mm x 1 1/4"	un.	4	R\$ 17,00	R\$ 20,40	R\$ 81,60
12.7.1 0	SINAPI	89429	Adaptador curto DN 25 mm x 3/4"	un.	8	R\$ 8,07	R\$ 9,68	R\$ 77,47
12.7.1 1	SINAPI	89987	Registro de gaveta 3/4" com acabamento cromado	un.	3	R\$ 79,12	R\$ 94,94	R\$ 284,83
12.7.1 2	SINAPI	94497	Registro de gaveta bruto 1 1/2"	un.	2	R\$ 89,39	R\$ 107,27	R\$ 214,54
12.7.1 3	SINAPI	99635	Válvula de descarga metálica com acabamento cromado	un.	2	R\$ 445,41	R\$ 534,49	R\$ 1.068,98
12.7.1 4	SINAPI	100860	Chuveiro elétrico tipo ducha	un.	1	R\$ 125,32	R\$ 150,38	R\$ 150,38
12.7.1 5	SINAPI	95470	Vaso sanitário sifonado convencional	un.	2	R\$ 320,13	R\$ 384,16	R\$ 768,31
12.7.1 6	SINAPI	86942	Lavatório suspenso com acessórios	un.	2	R\$ 276,64	R\$ 331,97	R\$ 663,94
12.7.1 7	SINAPI	93441	Bancada em granito com cuba e acessórios	un.	2	R\$ 1.226,97	R\$ 1.472,36	R\$ 2.944,73
12.7.1 8	CDHU	44.03.360	Ducha higiênica com registro metálico	un.	1	R\$ 496,92	R\$ 596,30	R\$ 596,30
12.7.1 9	SINAPI	100849	Assento sanitário convencional	un.	2	R\$ 47,55	R\$ 57,06	R\$ 114,12
12.8			Rede de Esgoto					
12.8.1	CDHU	46.02.010	Tubo PVC esgoto DN 40 mm (incl. conexões)	m	350	R\$ 40,52	R\$ 48,62	R\$ 17.018,40
12.8.2	CDHU	46.02.050	Tubo PVC esgoto DN 50 mm (incl. conexões)	m	205	R\$ 49,89	R\$ 59,87	R\$ 12.272,94
12.8.3	CDHU	46.02.060	Tubo PVC esgoto DN 75 mm (incl. conexões)	m	30	R\$ 78,52	R\$ 94,22	R\$ 2.826,72
12.8.4	SINAPI	46.02.070	Tubo PVC esgoto DN 100 mm (incl. conexões)	m	280	R\$ 85,92	R\$ 103,10	R\$ 28.869,12
12.8.5	CDHU	49.01.016	Caixa sifonada PVC 100x100x50 mm	un.	3	R\$ 94,91	R\$ 113,89	R\$ 341,68
12.8.6	CDHU	49.04.010	Ralo seco PVC 100x40 mm	un.	9	R\$ 90,46	R\$ 108,55	R\$ 976,97
12.8.7	CDHU	49.03.036	Caixa de gordura PVC (19 L)	un.	1	R\$ 438,05	R\$ 525,66	R\$ 525,66



12.8.8	SINAPI	97974	Poço de inspeção circular em concreto pré-moldado (Ø 0,60 m, prof. 0,90 m)	un.	7	R\$ 542,50	R\$ 651,00	R\$ 4.557,00
12.9			Rede de Água Pluvial					
12.9.1	SINAPI	89512	Tubo PVC série R DN 150 mm – condutores verticais	m	168	R\$ 62,51	R\$ 75,01	R\$ 12.602,02
12.9.2	SINAPI	89580	Tubo PVC série R DN 150 mm – ramal de encaminhamento	m	6	R\$ 79,73	R\$ 95,68	R\$ 574,06
12.9.3	SINAPI	89535	Curva 87°30' PVC DN 100 mm	un.	13	R\$ 47,14	R\$ 56,57	R\$ 735,38
12.9.4	SINAPI	89529	Joelho 90° PVC DN 100 mm	un.	26	R\$ 40,95	R\$ 49,14	R\$ 1.277,64
12.9.5	SINAPI	99264	Caixa enterrada hidráulica em alvenaria (1,0x1,0x0,6 m)	un.	13	R\$ 815,66	R\$ 978,79	R\$ 12.724,30
12.9.6	SINAPI	96526	Escavação manual	m³	37,8	R\$ 280,42	R\$ 336,50	R\$ 12.719,85
12.9.7	SINAPI	93382	Reaterro manual apiloado	m²	37,8	R\$ 35,35	R\$ 42,42	R\$ 1.603,48
12.9.8	SINAPI	94227	Calha em chapa de aço galvanizado nº 24 (33 cm)	m	150	R\$ 66,08	R\$ 79,30	R\$ 11.894,40
12.9.9	SINAPI	94231	Rufo em chapa de aço galvanizado nº 24 (25 cm)	m	247,5	R\$ 53,09	R\$ 63,71	R\$ 15.767,73
13			Instalação Elétrica					R\$ 63.554,05
13.1	SINAPI	91845	Eletroduto flexível corrugado DN 25 mm – instalado em laje	m	341,72	R\$ 9,40	R\$ 11,28	R\$ 3.854,60
13.2	SINAPI	91854	Eletroduto flexível corrugado DN 25 mm – instalado em parede	m	285,63	R\$ 12,82	R\$ 15,38	R\$ 4.394,13
13.3	SINAPI	91856	Eletroduto flexível corrugado DN 32 mm – parede	m	1	R\$ 15,64	R\$ 18,77	R\$ 18,77
13.4	SINAPI	91860	Eletroduto flexível corrugado PEAD DN 40 mm	m	3,6	R\$ 17,04	R\$ 20,45	R\$ 73,61
13.5	SINAPI	97667	Eletroduto corrugado PEAD DN 50 mm – rede enterrada	m	14,27	R\$ 10,24	R\$ 12,29	R\$ 175,35
13.6	SINAPI	97668	Eletroduto corrugado PEAD DN 63 mm – rede enterrada	m	31,92	R\$ 14,57	R\$ 17,48	R\$ 558,09
13.7	CDHU	41.14.530	Luminária tipo calha com 2 lâmpadas LED 18W	m	62	R\$ 136,44	R\$ 163,73	R\$ 10.151,14
13.8	SINAPI	91940	Caixa retangular 4"x2" instalada em parede	m	128	R\$ 25,53	R\$ 30,64	R\$ 3.921,41
13.9	SINAPI	91992	Tomada alta de embutir 2P+T 10A (com suporte e placa)	pc	34	R\$ 63,55	R\$ 76,26	R\$ 2.592,84
13.10	SINAPI	91996	Tomada média de embutir 2P+T 10A (com suporte e placa)	pc	19	R\$ 48,29	R\$ 57,95	R\$ 1.101,01
13.11	SINAPI	92000	Tomada baixa de embutir 2P+T 10A (com suporte e placa)	pc	44	R\$ 42,39	R\$ 50,87	R\$ 2.238,19
13.12	SINAPI	91936	Caixa octogonal 4"x4" em PVC instalada em laje	pc	62	R\$ 22,76	R\$ 27,31	R\$ 1.693,34
13.13	SINAPI	91953	Interruptor simples 10A/250V (com suporte e placa)	pc	25	R\$ 40,59	R\$ 48,71	R\$ 1.217,70

13.14	SINAPI	101883	Quadro de distribuição trifásico p/ 18 disjuntores	pc	2	R\$ 563,40	R\$ 676,08	R\$ 1.352,16
13.15	SINAPI	93653	Disjuntor monopolar 10A	pc	18	R\$ 11,96	R\$ 14,35	R\$ 258,34
13.16	SINAPI	93654	Disjuntor monopolar 16A	pc	1	R\$ 11,96	R\$ 14,35	R\$ 14,35
13.17	SINAPI	93655	Disjuntor monopolar 20A	pc	2	R\$ 13,18	R\$ 15,82	R\$ 31,63
13.18	SINAPI	93657	Disjuntor monopolar 32A	pc	1	R\$ 16,68	R\$ 20,02	R\$ 20,02
13.19	SINAPI	93663	Disjuntor bipolar 25A	pc	6	R\$ 59,40	R\$ 71,28	R\$ 427,68
13.20	SINAPI	93669	Disjuntor tripolar 20A	pc	2	R\$ 72,28	R\$ 86,74	R\$ 173,47
13.21	SINAPI	93672	Disjuntor tripolar 40A	pc	2	R\$ 92,42	R\$ 110,90	R\$ 221,81
13.22	SINAPI	106020	Disjuntor tripolar 63A	pc	3	R\$ 116,16	R\$ 139,39	R\$ 418,18
13.23	SINAPI	91924	Cabo de cobre flexível 1,5 mm²	m	1.151,00	R\$ 3,64	R\$ 4,37	R\$ 5.027,57
13.24	SINAPI	91926	Cabo de cobre flexível 2,5 mm²	m	1.250,00	R\$ 5,16	R\$ 6,19	R\$ 7.740,00
13.25	SINAPI	91928	Cabo de cobre flexível 4 mm²	m	481	R\$ 7,80	R\$ 9,36	R\$ 4.502,16
13.26	SINAPI	91930	Cabo de cobre flexível 6 mm²	m	158	R\$ 10,80	R\$ 12,96	R\$ 2.047,68
13.27	SINAPI	91935	Cabo de cobre flexível 16 mm², 0,6/1 kV	m	215	R\$ 28,56	R\$ 34,27	R\$ 7.368,48
13.28	SINAPI	92986	Cabo de cobre flexível 35 mm² – rede enterrada	m	12	R\$ 40,51	R\$ 48,61	R\$ 583,34
13.29	SINAPI	100860	Chuveiro elétrico tipo ducha	pc	6	R\$ 125,32	R\$ 150,38	R\$ 902,30
13.30	SINAPI	91993	Tomada alta de embutir 2P+T 20A	pc	6	R\$ 65,93	R\$ 79,12	R\$ 474,70
14			SPDA					R\$ 25.592,74
14.1	SINAPI	96973	Cordoalha de cobre nu 35 mm² (não enterrada)	m	121,84	R\$ 81,52	R\$ 97,82	R\$ 11.918,88
14.2	SINAPI	96977	Cordoalha de cobre nu 50 mm² (enterrada)	m	131,71	R\$ 58,84	R\$ 70,61	R\$ 9.299,78
14.3	SINAPI	96984	Eletroduto PVC rígido Ø 40 mm para SPDA	un	13	R\$ 74,80	R\$ 89,76	R\$ 1.166,88
14.4	SINAPI	96985	Haste de aterramento 5/8" x 3 m	un	13	R\$ 86,21	R\$ 103,45	R\$ 1.344,88
14.5	SINAPI	104746	Mini captor para SPDA	un	13	R\$ 31,55	R\$ 37,86	R\$ 492,18
14.6	SINAPI	104750	Conector tipo olhal para SPDA	un	13	R\$ 20,96	R\$ 25,15	R\$ 326,98
14.7	SINAPI	104751	Conector grampo paralelo para SPDA	m	13	R\$ 27,62	R\$ 33,14	R\$ 430,87
14.8	SINAPI	104403	Condulete PVC tipo C DN 32 mm	m	13	R\$ 39,25	R\$ 47,10	R\$ 612,30
15			Telefonia					R\$ 9.206,68
15.1	SINAPI	91845	Eletroduto corrugado DN 25 mm – laje	m	28,91	R\$ 9,40	R\$ 11,28	R\$ 326,10
15.2	SINAPI	91847	Eletroduto corrugado DN 32 mm – laje	m	36,69	R\$ 14,10	R\$ 16,92	R\$ 620,79
15.3	SINAPI	91850	Eletroduto corrugado PEAD DN 40 mm – laje	m	19,83	R\$ 12,46	R\$ 14,95	R\$ 296,50
15.4	SINAPI	91854	Eletroduto corrugado DN 25 mm – parede	m	40,32	R\$ 12,82	R\$ 15,38	R\$ 620,28

15.5	SINAPI	91856	Eletroduto flexível corrugado PVC DN 32 mm (1"), instalado em parede	un	18,72	R\$ 15,64	R\$ 18,77	R\$ 351,34
15.6	SINAPI	91860	Eletroduto flexível corrugado PEAD DN 40 mm (1 1/4"), instalado em parede	un	10,2	R\$ 17,04	R\$ 20,45	R\$ 208,57
15.7	SINAPI	100556	Caixa de passagem p/ telefone 15x15x10 cm (sobrepôr)	un	4	R\$ 34,49	R\$ 41,39	R\$ 165,55
15.8	SINAPI	98307	Tomada de rede RJ45	m	14	R\$ 69,18	R\$ 83,02	R\$ 1.162,22
15.9	SINAPI	100555	Rack aberto em coluna 44U para servidor	m	1	R\$ 1.361,64	R\$ 1.633,97	R\$ 1.633,97
15.10	SINAPI	98295	Cabo eletrônico categoria 5E instalado em edificação	un	405,02	R\$ 6,98	R\$ 8,38	R\$ 3.392,45
15.11	SINAPI	91940	Caixa retangular 4"x2" média (1,30m do piso), PVC	un	14	R\$ 25,53	R\$ 30,64	R\$ 428,90
16			PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS					R\$ 15.147,71
16.1	CDHU	101906	Extintor PQS 20 BC (12 kg)	unid	7	R\$ 671,47	R\$ 805,76	R\$ 5.640,35
16.2	CDHU	101906	Extintor água pressurizada (10 L)	unid	7	R\$ 671,47	R\$ 805,76	R\$ 5.640,35
16.3	SINAPI	97599	Luminária de emergência com 30 LEDs 2W	unid	37	R\$ 21,16	R\$ 25,39	R\$ 939,50
16.4	CDHU	97.02.194	Placa sinalização PVC fotoluminescente	unid	20	R\$ 18,78	R\$ 22,54	R\$ 450,72
16.5	CDHU	50.05.170	Acionador manual tipo quebra-vidro	unid	3	R\$ 95,69	R\$ 114,83	R\$ 344,48
16.6	CDHU	40.20.110	Alarme sonoro	unid	2	R\$ 475,48	R\$ 570,58	R\$ 1.141,15
16.7	CDHU	50.05.270	Central de alarme	unid	1	R\$ 825,96	R\$ 991,15	R\$ 991,15
17			PINTURA					R\$ 45.066,51
17.1	SINAPI	88485	Fundo selador acrílico em paredes (1 demão)	m²	1.224,19	R\$ 5,23	R\$ 6,28	R\$ 7.683,02
17.2	SINAPI	88497	Massa látex com lixamento (2 demãos)	m²	438,99	R\$ 22,59	R\$ 27,11	R\$ 11.900,14
17.3	SINAPI	104642	Pintura látex acrílica em paredes (2 demãos)	m²	1.224,19	R\$ 13,00	R\$ 15,60	R\$ 19.097,36
17.4	SINAPI	104640	Pintura látex acrílica em teto (2 demãos)	m²	268,73	R\$ 16,03	R\$ 19,24	R\$ 5.169,29
17.5	SINAPI	102220	Pintura esmalte sintético brilhante em madeira (2 demãos)	m²	18,44	R\$ 20,21	R\$ 24,25	R\$ 447,21
17.6	SINAPI	100736	Pintura acrílica em superfícies metálicas (por demão)	m²	34	R\$ 18,86	R\$ 22,63	R\$ 769,49
18			ARBORIZAÇÃO URBANA					R\$ 13.537,19
18.1			LIMPEZA DE ÁREA					
18.1.1	SIURB	18-080-001	Revolvimento e ajuste do solo	m²	80,82	R\$ 12,95	R\$ 15,54	R\$ 1.255,94
18.1.2	SIURB	01-04-001	Escavação manual (prof. ≤ 1,50 m)	m³	18,63	R\$ 17,20	R\$ 20,64	R\$ 384,52
18.2			FORNECIMENTO E PLANTIO DE VEGETAÇÃO					



18.2.1	SIURB	18-002-091	Quaresmeira	und.	1	R\$ 362,38	R\$ 434,86	R\$ 434,86
18.2.2	SIURB	18-002-075	Palmeira-leque	und.	1	R\$ 163,97	R\$ 196,76	R\$ 196,76
18.2.3	SIURB	18-003-067	Ixora	und.	6	R\$ 72,38	R\$ 86,86	R\$ 521,14
18.2.4	SIURB	18-003-073	Alpinia	und.	7	R\$ 54,75	R\$ 65,70	R\$ 459,90
18.2.5	SIURB	18-003-043	Gardênia	und.	5	R\$ 78,54	R\$ 94,25	R\$ 471,24
18.2.6	SIURB	18-003-071	Bella emília	und.	7	R\$ 47,33	R\$ 56,80	R\$ 397,57
18.2.7	SIURB	18-003-085	Lantana	m²	1,27	R\$ 53,35	R\$ 64,02	R\$ 81,31
18.2.8	SIURB	18-003-015	Clorofito (área 10,79 m²; espaçamento 0,20 m)	dúzia	23	R\$ 51,29	R\$ 61,55	R\$ 1.415,60
18.2.9	SIURB	18-002-017	Aceroleiro	und.	2	R\$ 435,50	R\$ 522,60	R\$ 1.045,20
18.2.10	SIURB	18-002-018	Goiabeira	und.	2	R\$ 364,24	R\$ 437,09	R\$ 874,18
18.2.11	SIURB	18-002-018	Pitangueira	und.	2	R\$ 364,24	R\$ 437,09	R\$ 874,18
18.2.12	SIURB	18-003-112	Gramma amendoim (36 mudas/m²)	m²	51,56	R\$ 32,66	R\$ 39,19	R\$ 2.020,74
18.2.13	SIURB	18-003-005	Gramma esmeralda	m²	22,53	R\$ 24,35	R\$ 29,22	R\$ 658,33
18.2.14	SIURB	18-001-001	Tutor e amarrilho para árvores	und.	6	R\$ 24,75	R\$ 29,70	R\$ 178,20
18.2.15	SIURB	18-001-003	Protetor tipo parque para árvores	und.	2	R\$ 133,76	R\$ 160,51	R\$ 321,02
18.3			MANUTENÇÃO					
18.3.1	SIURB	18-070-007	Recolocação de grama (10% perdas)	m²	20	R\$ 49,90	R\$ 59,88	R\$ 1.197,60
18.3.3	SIURB	18-080-035	Recolocação de terra de jardim (10% perdas)	m³	1,86	R\$ 335,53	R\$ 402,64	R\$ 748,90
19			SERVIÇOS COMPLEMENTARES					R\$ 37.807,10
19.1	CDHU	24.02.040	Porta/portão tipo gradil sob medida	m²	17	R\$ 957,61	R\$ 1.149,13	R\$ 19.535,24
19.2	CDHU	35.20.050	Conjunto 4 lixeiras coleta seletiva (50 L)	und.	3	R\$ 1.272,83	R\$ 1.527,40	R\$ 4.582,19
19.3	SINAPI	105126	Instalação de concertina simples (espiral 300 mm)	m	136	R\$ 32,32	R\$ 38,78	R\$ 5.274,62
19.4	CDHU	55.01.020	Limpeza geral da obra	m²	441,04	R\$ 15,90	R\$ 19,08	R\$ 8.415,04
TOTAL GLOBAL c/ BDI								R\$ 1.037.689,90

ANEXO II

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)

EDITAL Nº 001/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2026

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

TIPO: MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA CASA DE ATENDIMENTO AO MENOR, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, INSUMOS, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA SUA PERFEITA EXECUÇÃO”

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, e endereço eletrônico), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar

Proposta de Preços ao **EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA CASA DE ATENDIMENTO AO MENOR, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, INSUMOS, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA SUA PERFEITA EXECUÇÃO	

Anexo à presente Proposta segue a Planilha de Composição de Preços, conforme anexo I-A do Edital.

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas no edital e seus anexos, inclusive o prazo de execução de 365 dias e penalidades por descumprimento nos termos do Edital.

_____, aos ____ de _____ de 2026.

Dados da Instituição Financeira:

Nome _____,

Agência _____,

Nº Conta-Corrente _____.

Indicação do representante habilitado para assinatura do Contrato:

Nome: _____

Nacionalidade: _____

Estado civil: _____

Profissão: _____

RG.: _____

CPF.: _____

Endereço completo: _____

NOME /RG e CPF



ANEXO II-A

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

(A não apresentação desta Planilha implica na DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA)

Item	Ref.	Código	Descrição dos Serviços	Und.	Qtd.	Valor Unit. (R\$) s/ BDI	Valor Unit. (R\$) c/ BDI	Preço do Serviço (R\$) c/ BDI
1			ADMINISTRAÇÃO LOCAL E SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	SINAPI	103689	Placa de obra em chapa galvanizada 2,4x1,2m	m²	2,88			
1.2	SINAPI -I	10776	Locação de container para escritório	mês	6			
2			MOVIMENTO DE TERRA					
2.1	CDHU	05.10.010	Carregamento mecanizado de solo	m³	201,38			
2.2	CDHU	05.10.020	Transporte de solo até 2 km	m³	402,76			
2.3	CDHU	07.12.010	Compactação de aterro mecanizado	m³	201,38			
3			SUPRAESTRUTURA					
3.1	CDHU	14.20.010	Pilares de concreto armado	m³	1,5			
3.1	SINAPI	103672	Concretagem fck 25 MPa – vigas	m³	12,11			
3.2	SINAPI	101964	Laje pré-moldada unidirecional	m²	286,86			
4			ALVENARIA					
4.1	SINAPI	103322	Alvenaria vedação – platibanda	m²	154,36			
4.2	SINAPI	103322	Alvenaria vedação – complemento muro	m²	136			
5			ESQUADRIA DE MADEIRA					
5.1	SINAPI	90843	Kit porta de madeira 80x210cm	unid.	4			
6			ESQUADRIA METÁLICA					
6.1	CDHU	25.01.380	Caixilho alumínio correr com vidro	m²	27			
6.2	CDHU	25.01.361	Caixilho alumínio maxim-ar	m²	3,6			
6.3	CDHU	25.01.100	Caixilho em alumínio tipo veneziana sob medida	m²	7,5			
6.4	CDHU	25.02.211	Porta veneziana de abrir em alumínio – cor branca	m²	31,14			
6.5	CDHU	25.02.221	Porta de correr em alumínio com veneziana e vidro – cor branca	m²	15,96			
7			COBERTURA					
7.1	SINAPI	92580	Trama de aço para telhados até 2 águas	m²	441,04			
7.2	SINAPI	94216	Telhamento com telha metálica termoacústica (e=30mm)	m²	441,04			
8			IMPERMEABILIZAÇÃO					
8.1	SINAPI	98555	Impermeabilização com argamassa	m²	466,24			

			polimérica (3 demãos)					
9			REVESTIMENTOS					
9.1			PAREDES INTERNAS					
9.1.1	SINAPI	87529	Massa única em paredes internas (e=17,5mm)	m²	935,55			
9.2			FORRO					
9.2.1	SINAPI	87882	Chapisco em teto com rolo para textura acrílica	m²	268,73			
9.2.2	SINAPI	90406	Massa única em teto (e=17,5mm)	m²	268,73			
9.3			PAREDES EXTERNAS					
9.3.1	SINAPI	87894	Chapisco em fachadas	m²	785,2			
9.3.2	SINAPI	87775	Emboço/massa única em fachada (e=25mm)	m²	785,2			
9.4			AZULEJOS					
9.4.1	SINAPI	87275	Revestimento cerâmico interno 33x45 cm (meia altura)	m²	376,17			
10			PAVIMENTAÇÃO					
10.1			PISO					
10.1.1	SINAPI	87680	Contrapiso em argamassa traço 1:4 (e=4cm)	m²	268,73			
10.1.2	SINAPI	87263	Revestimento cerâmico/porcelanato 60x60 cm	m²	268,73			
10.1.3	CDHU	18.08.042	Rodapé em porcelanato antiderrapante	m	132,72			
10.2			CIMENTADO					
10.2.1	SINAPI	101749	Piso cimentado liso (pátios 01 e 02)	m²	132,56			
10.2.2	SINAPI	101748	Preparo de contrapiso com politriz	m²	132,56			
10.2.3	SINAPI	101750	Piso cimentado rústico (calçamento externo)	m²	169,26			
11			ACABAMENTO					
11.1	SINAPI	98689	Soleira em granito (largura 15 cm)	m	27,25			
11.2	SINAPI	102253	Divisória sanitária em granito (esp. 3 cm)	m²	23,4			
12			INSTALAÇÃO HIDRÁULICA					
12.1			Rede de Água Fria – Implantação					
12.1.1	SINAPI	95635	Kit cavalete para medição de água (PVC DN 25)	un.	1			
12.1.2	SINAPI	89356	Tubo PVC soldável DN 25 mm	m	102			
12.1.3	SINAPI	98111	Caixa de inspeção (proteção registros externos)	un.	7			
12.1.4	SINAPI	89353	Registro de gaveta bruto 3/4"	un.	7			
12.1.5	SINAPI	86913	Torneira cromada 3/4" padrão popular	un.	4			



12.1.6	SINAPI	89362	Joelho 90° PVC DN 25 mm	un.	17			
12.1.7	SINAPI	89363	Joelho 45° PVC DN 25 mm	un.	5			
12.1.8	SINAPI	89366	Joelho 90° com bucha de latão DN 25 mm	un.	4			
12.1.9	SINAPI	89378	Luva PVC soldável DN 25 mm	un.	5			
12.1.10	SINAPI	89440	Tê PVC soldável DN 25 mm	un.	6			
12.1.11	SINAPI	96526	Escavação manual (vala para tubulação)	m³	13			
12.1.12	SINAPI	93382	Reaterro manual apiloado	m²	32			
12.2			Rede de Água Fria – Distribuição (Bloco 01)					
12.2.1	SINAPI	102609	Caixa d'água em polietileno 2000 L	un.	1			
12.2.2	SINAPI	89570	Adaptador curto c/ bolsa e rosca DN 40 mm	un.	1			
12.2.3	SINAPI	89610	Adaptador curto c/ bolsa e rosca DN 60 mm	un.	1			
12.2.4	SINAPI	94498	Registro de gaveta bruto 2"	un.	1			
12.2.5	SINAPI	94496	Registro de gaveta bruto 1 1/4"	un.	1			
12.2.6	SINAPI	89628	Tê PVC DN 60 mm	un.	2			
12.2.7	SINAPI	89623	Tê PVC DN 40 mm	un.	3			
12.2.8	SINAPI	89620	Tê PVC DN 32 mm	un.	1			
12.2.9	SINAPI	103993	Bucha de redução DN 40 x 32 mm	un.	1			
12.2.10	SINAPI	89505	Joelho 90° PVC DN 60 mm	un.	4			
12.2.11	SINAPI	89497	Joelho 90° PVC DN 40 mm	un.	4			
12.2.12	SINAPI	89492	Joelho 90° PVC DN 32 mm	un.	4			
12.2.13	SINAPI	89481	Joelho 90° PVC DN 25 mm	un.	2			
12.2.14	SINAPI	103964	Bucha de redução DN 40 x 25 mm	un.	1			
12.2.15	SINAPI	89450	Tubo PVC DN 60 mm	m	18			
12.2.16	SINAPI	89448	Tubo PVC DN 40 mm	m	12			
12.2.17	SINAPI	89447	Tubo PVC DN 32 mm	m	12			
12.2.18	SINAPI	89402	Tubo PVC DN 25 mm	m	12			
12.3			Rede de Água Fria – Distribuição (Bloco 03)					
12.3.1	SINAPI	102609	Caixa d'água em polietileno 2000 L	un.	1			
12.3.2	SINAPI	89570	Adaptador curto c/ bolsa e rosca DN 40 mm	un.	1			
12.3.3	SINAPI	89610	Adaptador curto c/ bolsa e rosca DN 60 mm	un.	1			
12.3.4	SINAPI	94498	Registro de gaveta bruto 2"	un.	1			
12.3.5	SINAPI	94496	Registro de gaveta bruto 1 1/4"	un.	1			
12.3.6	SINAPI	89628	Tê PVC DN 60 mm	un.	3			
12.3.7	SINAPI	89623	Tê PVC DN 40 mm	un.	1			
12.3.8	SINAPI	89620	Tê PVC DN 32 mm	un.	2			



12.3.9	SINAPI	89505	Joelho 90° PVC DN 60 mm	un.	5			
12.3.10	SINAPI	89492	Joelho 90° PVC DN 32 mm	un.	4			
12.3.11	SINAPI	89481	Joelho 90° PVC DN 25 mm	un.	2			
12.3.12	SINAPI	103993	Bucha de redução DN 40 x 32 mm	un.	1			
12.3.13	SINAPI	89450	Tubo PVC DN 60 mm	m	6			
12.3.14	SINAPI	89448	Tubo PVC DN 40 mm	m	6			
12.3.15	SINAPI	89447	Tubo PVC DN 32 mm	m	6			
12.4			Rede de Água Fria – Distribuição (Bloco 04)					
12.4.1	SINAPI	102623	Caixa d'água em polietileno 1000 L (com acessórios)	un.	1			
12.4.2	SINAPI	89570	Adaptador curto c/ bolsa e rosca DN 40 mm	un.	1			
12.4.3	SINAPI	89610	Adaptador curto c/ bolsa e rosca DN 60 mm	un.	1			
12.4.4	SINAPI	94498	Registro de gaveta bruto 2"	un.	1			
12.4.5	SINAPI	94496	Registro de gaveta bruto 1 1/4"	un.	1			
12.4.6	SINAPI	89628	Tê PVC DN 60 mm	un.	1			
12.4.7	SINAPI	89623	Tê PVC DN 40 mm	un.	2			
12.4.8	SINAPI	89620	Tê PVC DN 32 mm	un.	2			
12.4.9	SINAPI	89505	Joelho 90° PVC DN 60 mm	un.	4			
12.4.10	SINAPI	89506	Joelho 45° PVC DN 60 mm	un.	2			
12.4.11	SINAPI	89497	Joelho 90° PVC DN 40 mm	un.	5			
12.4.12	SINAPI	89498	Joelho 45° PVC DN 40 mm	un.	2			
12.4.13	SINAPI	89481	Joelho 90° PVC DN 25 mm	un.	2			
12.4.14	SINAPI	89450	Tubo PVC DN 60 mm	m	18			
12.4.15	SINAPI	89448	Tubo PVC DN 40 mm	m	24			
12.5			Rede de Água Fria – Prumadas, Louças e Acessórios (Bloco 01)					
12.5.1	SINAPI	89356	Tubo PVC DN 25 mm	m	36			
12.5.2	SINAPI	89449	Tubo PVC DN 50 mm	m	12			
12.5.3	SINAPI	89605	Luva de redução DN 60 x 50 mm	un.	3			
12.5.4	SINAPI	89433	Luva de redução DN 40 x 32 mm	un.	2			
12.5.5	SINAPI	89426	Luva de redução DN 32 x 25 mm	un.	4			
12.5.6	SINAPI	89412	Joelho 90° PVC DN 25 mm x 3/4"	un.	12			
12.5.7	SINAPI	89440	Tê PVC DN 25 mm	un.	5			
12.5.8	SINAPI	89366	Joelho 90° com bucha de latão DN 25 mm	un.	14			
12.5.9	SINAPI	89396	Tê com bucha de latão DN 25 mm x 1/2"	un.	5			
12.5.10	SINAPI	89595	Adaptador curto DN 50 mm x 1 1/4"	un.	6			
12.5.11	SINAPI	89429	Adaptador curto DN 25 mm x 3/4"	un.	14			



12.5.1 2	SINAPI	89987	Registro de gaveta 3/4" com acabamento cromado	un.	7			
12.5.1 3	SINAPI	94497	Registro de gaveta bruto 1 1/2"	un.	3			
12.5.1 4	SINAPI	99635	Válvula de descarga metálica com acabamento cromado	un.	3			
12.5.1 5	SINAPI	100860	Chuveiro elétrico comum tipo ducha	un.	2			
12.5.1 6	SINAPI	100858	Mictório sifonado louça branca	un.	1			
12.5.1 7	SINAPI	95470	Vaso sanitário sifonado com conjunto de ligação	un.	3			
12.5.1 8	SINAPI	86942	Lavatório suspenso com acessórios (padrão popular)	un.	3			
12.5.1 9	SINAPI	93441	Bancada em granito com cuba e acessórios (cozinha)	un.	2			
12.5.2 0	SINAPI	86925	Tanque de mármore sintético com coluna	un.	2			
12.5.2 1	SINAPI	86911	Torneira cromada longa de parede	un.	4			
12.5.2 2	SINAPI	100849	Assento sanitário convencional	un.	3			
12.6			Rede de Água Fria – Prumadas, Louças e Acessórios (Bloco 03)					
12.6.1	SINAPI	89356	Tubo PVC DN 25 mm	m	24			
12.6.2	SINAPI	89449	Tubo PVC DN 50 mm	m	12			
12.6.3	SINAPI	89605	Luva de redução DN 60 x 50 mm	un.	3			
12.6.4	SINAPI	89426	Luva de redução DN 32 x 25 mm	un.	4			
12.6.5	SINAPI	89412	Joelho 90° PVC DN 25 mm x 3/4"	un.	6			
12.6.6	SINAPI	89440	Tê PVC DN 25 mm	un.	5			
12.6.7	SINAPI	89366	Joelho 90° com bucha de latão DN 25 mm	un.	9			
12.6.8	SINAPI	89396	Tê com bucha de latão DN 25 mm x 1/2"	un.	2			
12.6.9	SINAPI	89595	Adaptador curto DN 50 mm x 1 1/4"	un.	8			
12.6.1 0	SINAPI	89429	Adaptador curto DN 25 mm x 3/4"	un.	12			
12.6.1 1	SINAPI	94497	Registro de gaveta bruto 1 1/2"	un.	4			
12.6.1 2	SINAPI	99635	Válvula de descarga metálica com acabamento cromado	un.	4			
12.6.1 3	SINAPI	100860	Chuveiro elétrico tipo ducha	un.	4			
12.6.1 4	SINAPI	100858	Mictório sifonado louça branca	un.	1			
12.6.1 5	SINAPI	95470	Vaso sanitário sifonado convencional	un.	2			
12.6.1 6	SINAPI	86942	Lavatório suspenso com acessórios	un.	4			
12.6.1 7	SINAPI	95472	Vaso sanitário PCD sem furo frontal	un.	2			
12.6.1 8	SINAPI	100864	Barra de apoio em "L" inox 80x80 cm	un.	8			



12.6.1 9	SINAPI	100868	Barra de apoio reta inox 80 cm	un.	4			
12.6.2 0	CDHU	44.03.360	Ducha higiênica plástica com registro metálico	un.	1			
12.6.2 1	SINAPI	100849	Assento sanitário convencional	un.	4			
12.7			Rede de Água Fria – Prumadas, Louças e Acessórios (Bloco 04)					
12.7.1	SINAPI	89356	Tubo PVC DN 25 mm	m	18			
12.7.2	SINAPI	89449	Tubo PVC DN 50 mm	m	6			
12.7.3	SINAPI	89605	Luva de redução DN 60 x 50 mm	un.	2			
12.7.4	SINAPI	89433	Luva de redução DN 40 x 32 mm	un.	3			
12.7.5	SINAPI	89426	Luva de redução DN 32 x 25 mm	un.	3			
12.7.6	SINAPI	89412	Joelho 90° PVC DN 25 mm x 3/4"	un.	7			
12.7.7	SINAPI	89440	Tê PVC DN 25 mm	un.	4			
12.7.8	SINAPI	89366	Joelho 90° com bucha de latão DN 25 mm	un.	8			
12.7.9	SINAPI	89595	Adaptador curto DN 50 mm x 1 1/4"	un.	4			
12.7.1 0	SINAPI	89429	Adaptador curto DN 25 mm x 3/4"	un.	8			
12.7.1 1	SINAPI	89987	Registro de gaveta 3/4" com acabamento cromado	un.	3			
12.7.1 2	SINAPI	94497	Registro de gaveta bruto 1 1/2"	un.	2			
12.7.1 3	SINAPI	99635	Válvula de descarga metálica com acabamento cromado	un.	2			
12.7.1 4	SINAPI	100860	Chuveiro elétrico tipo ducha	un.	1			
12.7.1 5	SINAPI	95470	Vaso sanitário sifonado convencional	un.	2			
12.7.1 6	SINAPI	86942	Lavatório suspenso com acessórios	un.	2			
12.7.1 7	SINAPI	93441	Bancada em granito com cuba e acessórios	un.	2			
12.7.1 8	CDHU	44.03.360	Ducha higiênica com registro metálico	un.	1			
12.7.1 9	SINAPI	100849	Assento sanitário convencional	un.	2			
12.8			Rede de Esgoto					
12.8.1	CDHU	46.02.010	Tubo PVC esgoto DN 40 mm (incl. conexões)	m	350			
12.8.2	CDHU	46.02.050	Tubo PVC esgoto DN 50 mm (incl. conexões)	m	205			
12.8.3	CDHU	46.02.060	Tubo PVC esgoto DN 75 mm (incl. conexões)	m	30			
12.8.4	SINAPI	46.02.070	Tubo PVC esgoto DN 100 mm (incl. conexões)	m	280			
12.8.5	CDHU	49.01.016	Caixa sifonada PVC 100x100x50 mm	un.	3			
12.8.6	CDHU	49.04.010	Ralo seco PVC 100x40 mm	un.	9			
12.8.7	CDHU	49.03.036	Caixa de gordura PVC (19 L)	un.	1			



12.8.8	SINAPI	97974	Poço de inspeção circular em concreto pré-moldado (Ø 0,60 m, prof. 0,90 m)	un.	7			
12.9			Rede de Água Pluvial					
12.9.1	SINAPI	89512	Tubo PVC série R DN 150 mm – condutores verticais	m	168			
12.9.2	SINAPI	89580	Tubo PVC série R DN 150 mm – ramal de encaminhamento	m	6			
12.9.3	SINAPI	89535	Curva 87°30' PVC DN 100 mm	un.	13			
12.9.4	SINAPI	89529	Joelho 90° PVC DN 100 mm	un.	26			
12.9.5	SINAPI	99264	Caixa enterrada hidráulica em alvenaria (1,0x1,0x0,6 m)	un.	13			
12.9.6	SINAPI	96526	Escavação manual	m³	37,8			
12.9.7	SINAPI	93382	Reaterro manual apilado	m²	37,8			
12.9.8	SINAPI	94227	Calha em chapa de aço galvanizado nº 24 (33 cm)	m	150			
12.9.9	SINAPI	94231	Rufo em chapa de aço galvanizado nº 24 (25 cm)	m	247,5			
13			Instalação Elétrica					
13.1	SINAPI	91845	Eletroduto flexível corrugado DN 25 mm – instalado em laje	m	341,72			
13.2	SINAPI	91854	Eletroduto flexível corrugado DN 25 mm – instalado em parede	m	285,63			
13.3	SINAPI	91856	Eletroduto flexível corrugado DN 32 mm – parede	m	1			
13.4	SINAPI	91860	Eletroduto flexível corrugado PEAD DN 40 mm	m	3,6			
13.5	SINAPI	97667	Eletroduto corrugado PEAD DN 50 mm – rede enterrada	m	14,27			
13.6	SINAPI	97668	Eletroduto corrugado PEAD DN 63 mm – rede enterrada	m	31,92			
13.7	CDHU	41.14.530	Luminária tipo calha com 2 lâmpadas LED 18W	m	62			
13.8	SINAPI	91940	Caixa retangular 4"x2" instalada em parede	m	128			
13.9	SINAPI	91992	Tomada alta de embutir 2P+T 10A (com suporte e placa)	pc	34			
13.10	SINAPI	91996	Tomada média de embutir 2P+T 10A (com suporte e placa)	pc	19			
13.11	SINAPI	92000	Tomada baixa de embutir 2P+T 10A (com suporte e placa)	pc	44			
13.12	SINAPI	91936	Caixa octogonal 4"x4" em PVC instalada em laje	pc	62			
13.13	SINAPI	91953	Interruptor simples 10A/250V (com suporte e placa)	pc	25			

13.14	SINAPI	101883	Quadro de distribuição trifásico p/ 18 disjuntores	pc	2			
13.15	SINAPI	93653	Disjuntor monopolar 10A	pc	18			
13.16	SINAPI	93654	Disjuntor monopolar 16A	pc	1			
13.17	SINAPI	93655	Disjuntor monopolar 20A	pc	2			
13.18	SINAPI	93657	Disjuntor monopolar 32A	pc	1			
13.19	SINAPI	93663	Disjuntor bipolar 25A	pc	6			
13.20	SINAPI	93669	Disjuntor tripolar 20A	pc	2			
13.21	SINAPI	93672	Disjuntor tripolar 40A	pc	2			
13.22	SINAPI	106020	Disjuntor tripolar 63A	pc	3			
13.23	SINAPI	91924	Cabo de cobre flexível 1,5 mm ²	m	1.151,00			
13.24	SINAPI	91926	Cabo de cobre flexível 2,5 mm ²	m	1.250,00			
13.25	SINAPI	91928	Cabo de cobre flexível 4 mm ²	m	481			
13.26	SINAPI	91930	Cabo de cobre flexível 6 mm ²	m	158			
13.27	SINAPI	91935	Cabo de cobre flexível 16 mm ² , 0,6/1 kV	m	215			
13.28	SINAPI	92986	Cabo de cobre flexível 35 mm ² – rede enterrada	m	12			
13.29	SINAPI	100860	Chuveiro elétrico tipo ducha	pc	6			
13.30	SINAPI	91993	Tomada alta de embutir 2P+T 20A	pc	6			
14			SPDA					
14.1	SINAPI	96973	Cordoalha de cobre nu 35 mm ² (não enterrada)	m	121,84			
14.2	SINAPI	96977	Cordoalha de cobre nu 50 mm ² (enterrada)	m	131,71			
14.3	SINAPI	96984	Eletroduto PVC rígido Ø 40 mm para SPDA	un	13			
14.4	SINAPI	96985	Haste de aterramento 5/8" x 3 m	un	13			
14.5	SINAPI	104746	Mini captor para SPDA	un	13			
14.6	SINAPI	104750	Conector tipo olhal para SPDA	un	13			
14.7	SINAPI	104751	Conector grampo paralelo para SPDA	m	13			
14.8	SINAPI	104403	Condutele PVC tipo C DN 32 mm	m	13			
15			Telefonia					
15.1	SINAPI	91845	Eletroduto corrugado DN 25 mm – laje	m	28,91			
15.2	SINAPI	91847	Eletroduto corrugado DN 32 mm – laje	m	36,69			
15.3	SINAPI	91850	Eletroduto corrugado PEAD DN 40 mm – laje	m	19,83			
15.4	SINAPI	91854	Eletroduto corrugado DN 25 mm – parede	m	40,32			
15.5	SINAPI	91856	Eletroduto flexível corrugado PVC DN 32 mm (1"), instalado em parede	un	18,72			



15.6	SINAPI	91860	Eletroduto flexível corrugado PEAD DN 40 mm (1 1/4"), instalado em parede	un	10,2			
15.7	SINAPI	100556	Caixa de passagem p/ telefone 15x15x10 cm (sobrepôr)	un	4			
15.8	SINAPI	98307	Tomada de rede RJ45	m	14			
15.9	SINAPI	100555	Rack aberto em coluna 44U para servidor	m	1			
15.10	SINAPI	98295	Cabo eletrônico categoria 5E instalado em edificação	un	405,02			
15.11	SINAPI	91940	Caixa retangular 4"x2" média (1,30m do piso), PVC	un	14			
16			PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS					
16.1	CDHU	101906	Extintor PQS 20 BC (12 kg)	unid	7			
16.2	CDHU	101906	Extintor água pressurizada (10 L)	unid	7			
16.3	SINAPI	97599	Luminária de emergência com 30 LEDs 2W	unid	37			
16.4	CDHU	97.02.194	Placa sinalização PVC fotoluminescente	unid	20			
16.5	CDHU	50.05.170	Acionador manual tipo quebra-vidro	unid	3			
16.6	CDHU	40.20.110	Alarme sonoro	unid	2			
16.7	CDHU	50.05.270	Central de alarme	unid	1			
17			PINTURA					
17.1	SINAPI	88485	Fundo selador acrílico em paredes (1 demão)	m²	1.224,19			
17.2	SINAPI	88497	Massa látex com lixamento (2 demãos)	m²	438,99			
17.3	SINAPI	104642	Pintura látex acrílica em paredes (2 demãos)	m²	1.224,19			
17.4	SINAPI	104640	Pintura látex acrílica em teto (2 demãos)	m²	268,73			
17.5	SINAPI	102220	Pintura esmalte sintético brilhante em madeira (2 demãos)	m²	18,44			
17.6	SINAPI	100736	Pintura acrílica em superfícies metálicas (por demão)	m²	34			
18			ARBORIZAÇÃO URBANA					
18.1			LIMPEZA DE ÁREA					
18.1.1	SIURB	18-080-001	Revolvimento e ajuste do solo	m²	80,82			
18.1.2	SIURB	01-04-001	Escavação manual (prof. ≤ 1,50 m)	m³	18,63			
18.2			FORNECIMENTO E PLANTIO DE VEGETAÇÃO					
18.2.1	SIURB	18-002-091	Quaresmeira	und.	1			
18.2.2	SIURB	18-002-075	Palmeira-leque	und.	1			
18.2.3	SIURB	18-003-067	Ixora	und.	6			



18.2.4	SIURB	18-003-073	Alpinia	und.	7			
18.2.5	SIURB	18-003-043	Gardênia	und.	5			
18.2.6	SIURB	18-003-071	Bella emília	und.	7			
18.2.7	SIURB	18-003-085	Lantana	m²	1,27			
18.2.8	SIURB	18-003-015	Clorofito (área 10,79 m²; espaçamento 0,20 m)	dúzia	23			
18.2.9	SIURB	18-002-017	Aceroleiro	und.	2			
18.2.10	SIURB	18-002-018	Goiabeira	und.	2			
18.2.11	SIURB	18-002-018	Pitangueira	und.	2			
18.2.12	SIURB	18-003-112	Gramma amendoim (36 mudas/m²)	m²	51,56			
18.2.13	SIURB	18-003-005	Gramma esmeralda	m²	22,53			
18.2.14	SIURB	18-001-001	Tutor e amarrilho para árvores	und.	6			
18.2.15	SIURB	18-001-003	Protetor tipo parque para árvores	und.	2			
18.3			MANUTENÇÃO					
18.3.1	SIURB	18-070-007	Recolocação de grama (10% perdas)	m²	20			
18.3.3	SIURB	18-080-035	Recolocação de terra de jardim (10% perdas)	m³	1,86			
19			SERVIÇOS COMPLEMENTARES					
19.1	CDHU	24.02.040	Porta/portão tipo gradil sob medida	m²	17			
19.2	CDHU	35.20.050	Conjunto 4 lixeiras coleta seletiva (50 L)	und.	3			
19.3	SINAPI	105126	Instalação de concertina simples (espiral 300 mm)	m	136			
19.4	CDHU	55.01.020	Limpeza geral da obra	m²	441,04			
TOTAL GLOBAL c/ BDI								
DEMONSTRAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE (inciso IV do artigo 59 da Lei 14.133/21) Preenchimento OBRIGATÓRIO (item 08.03 do Edital)								
Descrição								Quantidade (R\$ ou %)
Mão de Obra								
Insumos, Máquinas, Equipamentos								
Impostos da Mão de Obra								
Despesas Operacionais								
B.D.I.								
Outras despesas (Especificar quais)								

****As licitantes na composição de BDI devem**

levar em observação os limites do TCU com o Acórdão 2622/13

ANEXO III

CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO								
CONSTRUÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO AO MENOR								
Empreendimento: CONSTRUÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO AO MENOR - MATÃO								
Local: RUA SALUA GARAIB CICOGNA - PARQUE PRIMAVERA - CENTRO								
	Execução das Obras: Tempo em dias							
Serviços	30	60	90	120	150	180	%	Valor (R\$)
Administração local e serviços preliminares	0,12	0,12	0,09	0,09	0,09	0,09	0,62	R\$ 6.405,30
Movimento de terra	0,94						0,94	R\$ 9.707,32
Supraestrutura	7,68						7,68	R\$ 79.712,84
Alvenaria		2,17					2,17	R\$ 22.501,74
Esquadria de madeira				0,32	0,32		0,65	R\$ 6.731,14
Esquadria metálica				4,16	4,16		8,32	R\$ 86.331,48
Cobertura			12,45				12,45	R\$ 129.215,90
Impermeabilização		1,97					1,97	R\$ 20.432,50
Revestimento			8,12	8,12			16,25	R\$ 168.618,05
Pavimentação					6,36		6,36	R\$ 65.951,44
Acabamento						3,06	3,06	R\$ 31.706,96
Instalação hidráulica			7,73	5,8	5,8		19,32	R\$ 200.463,25
Instalação elétrica			2,45	1,84	1,84		6,12	R\$ 63.554,05
SPDA			0,99	0,74	0,74		2,47	R\$ 25.592,74
Telefonia			0,35	0,27	0,27		0,89	R\$ 9.206,68
Proteção e combate a incêndio						1,46	1,46	R\$ 15.147,71
Pintura					2,17	2,17	4,34	R\$ 45.066,51
Arborização urbana					1,3		1,3	R\$ 13.537,19
Serviços complementares						3,64	3,64	R\$ 37.807,10
Medições Mensais (%)	8,74	4,26	32,19	21,34	23,05	10,42	100	R\$ 1.037.689,90
Medições Acumuladas (%)	8,74	13	46,19	66,53	89,58	100		
Valores Mensais (R\$)	R\$ 90.701,22	R\$ 44.215,30	R\$ 334.012,41	R\$ 221.446,15	R\$ 239.159,01	R\$ 108.155,82		
Valores Acumulados (R\$)	R\$ 90.701,22	R\$ 134.916,52	R\$ 468.928,93	R\$ 690.375,08	R\$ 929.534,09	R\$ 1.037.689,91		

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Matão, no Estado do São Paulo, no Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, na presença de duas testemunhas no final assinadas, compareceram as partes, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de Matão, no Estado de São Paulo, à Rua Oreste Bozelli, n.º 1.165 – Centro, inscrita no C.N.P.J.-M.F. sob o n.º **45.270.188/0001-26**, neste ato legalmente representada pelo seu PREFEITO MUNICIPAL, o **SR. APARECIDO FERRARI**, brasileiro, casado, metalúrgico aposentado, residente e domiciliado nesta cidade de Matão, a Rua Vereador José Tortorello, n.º 1782 – Park do Imperador – CEP 15.991.280, portador do R.G. n.º 9.525.173 SSP/SP e do C.P.F. n.º 019.969.658-67 daqui por diante denominada simplesmente “**CONTRATANTE**”, e, de outro lado a sociedade empresária, estabelecida na cidade de, no Estado de, a Rua/Avenida, n.º - Bairro/Jardim, CEP, inscrita no C.N.P.J.-M.F. sob o n.º e Inscrição Estadual n.º, neste ato representada pelo seu representante no final nomeado e assinado, daqui por diante denominada simplesmente “**CONTRATADA**”, em face da classificação das propostas apresentada na **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**, de 29 de abril de 2026, levado a efeito através do **Processo Licitatório n.º 022/2026**, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, resolvem celebrar o presente instrumento, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

- 1.1 Constitui objeto do presente Contrato a “**EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA CASA DE ATENDIMENTO AO MENOR, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, INSUMOS, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA SUA PERFEITA EXECUÇÃO**”

1.1.01 Objeto da Contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	“Execução de Obra de Construção da Casa de Atendimento ao Menor, com Fornecimento de Material, Insumos, Equipamentos, Máquinas E Ferramentas Necessárias Para Sua Perfeita Execução”	

- 1.2 O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.2.01 O Termo de Referência/Projeto Básico;
1.2.02 O Edital da Licitação;
1.2.03 A Proposta do Contratado; e
1.2.04 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1 O prazo de vigência da contratação é de 270 (duzentos e setenta) dias contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2 O prazo poderá ser automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 2.3 Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:
- 2.3.1.1 O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- 2.3.1.2 O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.4 Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

(art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1 A fiscalização e gestão contratual ficarão à cargo do Secretario de Desenvolvimento Social e Cidadania, que acompanhará todas as etapas da reforma e, será responsável pelo acompanhamento e anotações que se fizerem necessárias, incluindo a notificação e advertência no caso da contratada descumprir o previsto neste Termo, no Edital e no contrato.
- 3.2 Esta disposição define a matriz de alocação de riscos entre o Contratante e o Contratado, nos termos das subdivisões subsequentes.
- 3.2.01 A alocação dos riscos tem por finalidade promover maior previsibilidade na execução contratual, reduzir controvérsias e assegurar adequada distribuição de responsabilidades entre as partes.
- 3.2.02 São de responsabilidade exclusiva do Contratante os seguintes eventos:
- 3.2.02.1 fatos da Administração que alterem, modifiquem ou restrinjam as condições originalmente pactuadas, sem culpa do Contratado;
- 3.2.02.2 alterações unilaterais do contrato determinadas pela Administração, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;



- 3.2.02.3 atrasos injustificados na disponibilização de áreas, frentes de trabalho, projetos ou informações indispensáveis à execução do objeto;
- 3.2.02.4 descumprimento de obrigações contratuais pela Administração, inclusive atrasos injustificados em medições ou pagamentos;
- 3.2.02.5 ocorrência de caso fortuito ou força maior não segurável, desde que comprovado e não decorrente de ação ou omissão do Contratado.
- 3.2.03 Constituem riscos de responsabilidade exclusiva do Contratado:
 - 3.2.03.1 falhas de planejamento, erros de execução ou deficiências técnicas na realização dos serviços;
 - 3.2.03.2 inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de segurança do trabalho;
 - 3.2.03.3 deterioração, perda ou avaria de materiais, equipamentos e estruturas sob sua guarda ou responsabilidade;
 - 3.2.03.4 danos causados a terceiros em decorrência de atos ou omissões de seus empregados, prepostos ou subcontratados;
 - 3.2.03.5 custos de mobilização, desmobilização, transporte, armazenamento e logística necessários à execução dos serviços;
 - 3.2.03.6 custos e encargos relativos a seguros exigidos contratualmente;
 - 3.2.03.7 execução de serviços em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou normas aplicáveis;
 - 3.2.03.8 erros ou omissões na elaboração da proposta, inclusive quanto à adequada avaliação dos custos e das condições necessárias à execução do objeto;
 - 3.2.03.9 problemas, atrasos ou inconsistências no fornecimento de materiais, insumos ou serviços necessários à execução da obra;
 - 3.2.03.10 roubos, furtos, invasões, destruição ou avarias ocorridas no canteiro de obras, desde que não decorrentes de ato ou fato imputável ao Contratante;
 - 3.2.03.11 custos decorrentes da necessidade de substituição de materiais ou serviços executados em desacordo com as especificações contratuais;
 - 3.2.03.12 eventos de caso fortuito ou força maior seguráveis, até o limite das coberturas normalmente praticadas no mercado securitário.
- 3.2.04 Serão considerados riscos compartilhados entre o Contratante e o Contratado, mediante comprovação técnica e documental, os seguintes eventos:
 - 3.2.04.1 identificação de passivos ambientais não detectados em estudos ou cadastros públicos disponíveis à época da contratação;
 - 3.2.04.2 interferências em redes, estruturas ou instalações subterrâneas, aéreas ou submersas não mapeadas e não informadas pelo Contratante, cujas informações não estivessem disponíveis em cadastros públicos;
 - 3.2.04.3 fatores geotécnicos relevantes não identificáveis a partir das sondagens ou dados técnicos disponíveis no momento da contratação;



- 3.2.04.4 identificação de condições estruturais relevantes na parte da obra anteriormente executada que não possam ser detectadas por inspeção técnica ordinária antes do início da execução contratual.
- 3.2.05 Nos casos de riscos compartilhados, os custos adicionais eventualmente decorrentes serão analisados pela Administração, podendo ensejar reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, observado o disposto na legislação aplicável.
- 3.2.06 O Contratado deverá demonstrar a ocorrência do evento e seus impactos mediante relatórios técnicos, registros de obra, memoriais descritivos e documentação comprobatória dos custos.
- 3.2.07 Reconhecida a ocorrência de evento caracterizado como risco compartilhado, a Administração adotará as medidas administrativas necessárias para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da legislação vigente.
- 3.2.08 O Contratado deverá adotar todas as medidas razoáveis para mitigar os efeitos do evento, sob pena de perda do direito ao ressarcimento da parcela de responsabilidade do Contratante.
- 3.2.09 A identificação, gestão e comunicação tempestiva dos riscos constituem deveres recíprocos das partes, devendo Contratante e Contratado atuar de forma cooperativa para a mitigação de impactos e para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1 Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, **admite-se a subcontratação parcial do objeto**, desde que limitada a parcelas **acessórias ou especializadas da obra**, que não comprometam a unidade técnica, a responsabilidade global da contratada e o controle da execução.
- 4.1.01 A **subcontratação não autorizada** ou realizada em desacordo com as condições estabelecidas poderá ensejar a aplicação de penalidades e, se for o caso, a **extinção do contrato**, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)
- 5.2 No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1 Para fins de pagamento, as medições dos serviços executados deverão ser protocoladas pela contratada junto à Prefeitura Municipal de Matão sempre no **primeiro dia útil de cada mês**.

- 6.2 A conferência das medições será realizada no prazo máximo de **cinco (5) dias úteis**, sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, com apoio técnico da equipe de engenharia do Município ou de servidor formalmente designado.
- 6.2.01 Após conferência e aceite da medição, será emitido o **atesto técnico**, que servirá de base para encaminhamento à Secretaria de Administração e Finanças, responsável pelos procedimentos de pagamento.
- 6.2.02 A contratada deverá apresentar a **Nota Fiscal correspondente aos serviços executados**, após o respectivo atesto técnico.
- 6.2.03 A Nota Fiscal será conferida e atestada pelo responsável designado, no prazo de 05 dias úteis, em seguida, encaminhada à Secretaria de Administração e Finanças para liquidação e pagamento.
- 6.2.04 O pagamento será realizado em até **15 (quinze) dias úteis contados do atesto da nota fiscal**, ou no primeiro dia útil seguinte quando coincidir com feriado ou fim de semana.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1 Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data contado da assinatura do contrato.
- 7.2 É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data de sua assinatura, e mediante solicitação do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3 No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.4.01 Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

- 8.1.01 Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato, o Termo de Referência, os projetos técnicos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos que integram a contratação.
- 8.1.02 Disponibilizar ao Contratado o imóvel objeto da intervenção, bem como os projetos, documentos técnicos e informações necessárias à adequada execução da obra.
- 8.1.03 Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos documentos técnicos que instruem a contratação, após a realização de avaliação técnica quanto à conformidade dos serviços executados, observando-se os procedimentos de recebimento provisório e definitivo previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.04 Quando aplicável, exigir, para fins de recebimento definitivo, a apresentação da documentação técnica pertinente à obra, conforme previsto nos projetos, memoriais e normas aplicáveis
- 8.1.05 Notificar o Contratado, por escrito, sobre falhas, vícios, defeitos, incorreções ou imperfeições constatadas na execução da obra, fixando prazo para sua correção, substituição ou adequação.
- 8.1.06 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de gestor e fiscais formalmente designados, com apoio técnico quando necessário, registrando ocorrências, determinando correções e avaliando a conformidade dos serviços executados.
- 8.1.07 Realizar a conferência das medições apresentadas pelo Contratado, promover o ateste técnico dos serviços efetivamente executados e encaminhar para fins de liquidação e pagamento, nos prazos e condições estabelecidos no contrato.
- 8.1.08 Emitir decisão fundamentada sobre solicitações, reclamações ou pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro formulados pelo Contratado, observando os prazos legais e contratuais.
 - 8.1.08.1 O prazo para resposta aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não apresentar a documentação necessária à adequada instrução do requerimento.
- 8.1.09 Promover, quando necessário, a readaptação do cronograma físico-financeiro, especialmente nos casos de prorrogação de prazo devidamente justificada, visando assegurar a continuidade e conclusão do objeto.
- 8.1.10 Observar, no tratamento de dados pessoais eventualmente envolvidos na execução contratual, a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 13.709/2018.
- 8.1.11 Não responder por compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos, falhas ou omissões do Contratado, seus empregados, prepostos ou subcontratados.

8.1.12 Adotar as medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual, inclusive aplicação de sanções, instauração de processos administrativos e comunicação aos órgãos competentes, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.1.1. Designar e manter preposto formalmente indicado e aceito pelo Contratante, responsável pela interlocução com a Administração durante a execução contratual, prestando todos os esclarecimentos solicitados e garantindo acesso da fiscalização aos locais de execução e à documentação pertinente.
- 9.1.2. Disponibilizar e manter equipe técnica devidamente qualificada, com profissionais habilitados e registrados nos conselhos competentes, assegurando sua efetiva participação na execução da obra, nos termos da legislação aplicável.
- 9.1.3. Executar a obra em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram a contratação, observando as normas técnicas aplicáveis, especialmente as da ABNT.
- 9.1.4. Fornecer todos os materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à perfeita execução do objeto, garantindo que sejam novos, de primeiro uso e em conformidade com as especificações técnicas exigidas.
- 9.1.5. Cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro, comunicando imediatamente ao Contratante quaisquer intercorrências que possam comprometer prazos, custos ou a qualidade da execução, apresentando plano de ação corretivo.
- 9.1.6. Corrigir, reparar, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, inclusive durante o prazo de garantia legal e contratual.
- 9.1.7. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, bem como por acidentes de trabalho envolvendo seus empregados, prepostos ou subcontratados.
- 9.1.8. Cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, saúde ocupacional e prevenção de acidentes, especialmente as Normas Regulamentadoras (NRs), bem como as normas ambientais e de acessibilidade aplicáveis.

- 9.1.9. Realizar a adequada gestão dos resíduos da construção civil, promovendo sua segregação, acondicionamento, transporte e destinação final em conformidade com a legislação ambiental vigente e normas municipais aplicáveis.
- 9.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como cumprir as obrigações relativas à legislação social, inclusive quanto à proibição de trabalho infantil e irregular.
- 9.1.11. Manter atualizados e disponíveis para a fiscalização os registros da execução da obra, incluindo medições, relatórios técnicos, diário de obra, Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) e demais documentos exigidos.
- 9.1.12. Responsabilizar-se pela análise das condições da obra parcialmente executada, devendo comunicar formalmente à Administração a identificação de eventuais inconsistências, patologias ou interferências que possam impactar a continuidade da execução.
- 9.1.13. Obter e manter, quando de sua responsabilidade, licenças, autorizações e registros necessários à execução dos serviços, bem como atender às exigências de concessionárias e órgãos competentes.
- 9.1.14. Submeter à fiscalização, quando solicitado, catálogos, fichas técnicas, certificados e, se necessário, ensaios laboratoriais dos materiais a serem empregados, comprovando sua conformidade com as especificações técnicas.
- 9.1.15. Participar de reunião inicial de alinhamento com a Administração, quando convocado, para definição de diretrizes operacionais, cronograma e procedimentos de execução.
- 9.1.16. Observar as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 12.846/2013, abstendo-se de oferecer, prometer ou conceder vantagem indevida a agente público, bem como de praticar atos lesivos à Administração Pública.
- 9.2. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará o Contratado às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, podendo ensejar a extinção unilateral do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$_____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1 Comete As penalidades a serem aplicadas são aquelas previstas no item 23 e subitens do Edital de licitação que deu origem a este Contrato, observado sempre a ampla defesa e o contraditório.
- 11.2 O atraso na entrega da obra sujeita a contratada a multa de 10% do valor global, independente de notificação extra ou judicial ou administrativa e, aplicado em dobro em atraso reincidente. A aplicação

de multa em dobro não trará prejuízo ainda da aplicação de outras penalidades, inclusive a rescisão contratual e declaração de inidoneidade e de proibição de contratar com o Poder Público, observado a ampla defesa e o contraditório, em especial o quanto previsto nos artigos 155 a 160 da Lei Federal 14.133/21.

11.2.1 As multas poderão ser descontadas da NF.

11.2.2 A multa aqui disposta só não será cobrada em caso de absoluto caso fortuito, a ser comprovado pela contratada, sendo os prazos de entregas conhecidos no presente Edital, não se admitindo o seu descumprimento em hipótese alguma, salvo nas condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- 13.2. Os recursos financeiros para as despesas com a execução dos serviços serão atendidos pela dotação própria do orçamento vigente classificada e codificada sob a funcional programática n.º **08.122.2701.1.001**, categoria econômica n.º **4.4.90.51.00**, ficha n.º **591**, sub elemento da despesa n.º **91**, vínculo n.º **01.510.0000**, Processo Eletrônico n.º **3876/2026**, requisição de serviços n.º **942/2026** e nota de reserva n.º **5640**, de 06/04/2026, do Fundo a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- 14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.4. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.5. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.
- 15.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca Matão para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, na presença de duas testemunhas adiante assinadas.

Matão, de de 2026.

P/ PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO
“CONTRATANTE”
SR. APARECIDO FERRARI
PREFEITO DE MATÃO

P/ _____
“CONTRATADA”
SR.: _____
RG.: _____
CPF.: _____

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____



ANEXO V **TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 001/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 022/2026

**“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA
CASA DE ATENDIMENTO AO MENOR, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, INSUMOS, EQUIPAMENTOS,
MÁQUINAS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA SUA PERFEITA EXECUÇÃO”**

RAZÃO SOCIAL: _____

C.N.P.J. N.º _____

I.E. _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____ **ESTADO:** _____ **CEP:** _____

TELEFONE: _____ **CONTATO:** _____

EMAIL: _____

Recebi da Prefeitura Municipal de Matão a cópia do EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 001/2026 e seus Anexos, cuja a abertura será realizada dia 19/05/2026 às 09h00min.

Matão, ____ de _____ de 2026.

Nome do responsável da Empresa

*A falta do preenchimento e remessa do recibo do Edital ao Departamento de Compras e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Matão/SP, exime a Administração da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório e de quaisquer informações adicionais.